
CÂMARA DOS DEPUTADOS

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**

2024

Câmara dos Deputados
57ª Legislatura | 2023-2027

Presidente
Hugo Motta

1º Vice-Presidente
Altineu Côrtes

2º Vice-Presidente
Elmar Nascimento

1º Secretário
Carlos Veras

2º Secretário
Lula da Fonte

3º Secretária
Delegada Katarina

4º Secretário
Sergio Souza

Suplentes de secretários

1º Suplente
Antonio Carlos Rodrigues

2º Suplente
Paulo Folletto

3º Suplente
Dr. Víctor Linhalis

4º Suplente
Paulo Alexandre Barbosa

Secretário-Geral da Mesa
Lucas Ribeiro Almeida Júnior

Diretor-Geral
Celso de Barros Correia Neto



CÂMARA DOS DEPUTADOS

RELATÓRIO DE GESTÃO 2024

Brasília, 2025



edições câmara

Câmara dos Deputados

Diretoria-Geral Celso de Barros Correia Neto

Assessoria de Projetos e Gestão Guilherme Barbosa Brandão

Centro de Documentação e Informação João Luiz Pereira Marciano

Coordenação Edições Câmara Ana Lúcia Mendes

Coordenação de conteúdo Assessoria de Projetos e Gestão

Preparação de originais Izadora Matos

Revisão Danielle Ribeiro

Projeto gráfico Vinicius Chozo Inoue

Infográficos Thiago Santos Fagundes e Isadora Carpaneda Lima Resende

Diagramação Patrícia Weiss

2025. Linha Institucional.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Bibliotecária: Fabyola Lima Madeira – CRBI: 2109

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados.

Relatório de gestão 2024 [recurso eletrônico] / Câmara dos Deputados – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2025.

Versão E-book.

Modo de acesso: bd.camara.leg.br

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, relatório, 2024. I. Título.

CDU 342.532(81)(047)

Direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/2/1998.

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio sem prévia autorização da Edições Câmara.

Venda exclusiva pela Edições Câmara.

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Palácio do Congresso Nacional – Anexo 2 – Térreo

Praça dos Três Poderes – Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5833

Livraria.camara.leg.br



SUMÁRIO

1.A CÂMARA DOS DEPUTADOS	5	4.RESULTADOS POR ÁREA DE GESTÃO	24	4.4.1 IMÓVEIS DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	35	5.1.2 SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	46
1.1 ATIVIDADE LEGISLATIVA.....	6	4.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	25	4.4.2 DESFAZIMENTO DE BENS.....	35	5.2 SUSTENTABILIDADE NA CÂMARA	47
1.2 PRODUÇÃO LEGISLATIVA.....	7	4.1.1 PERFIL DO GASTO.....	25	4.5 GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E EDIFICAÇÕES	36	6 PARTICIPAÇÃO, INTERAÇÃO E DIVULGAÇÃO LEGISLATIVA	50
1.3 AÇÕES DE SUPORTE À ATIVIDADE LEGISLATIVA.....	9	4.1.2 EVOLUÇÃO DOS ÚLTIMOS ANOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA.....	25	4.5.1 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO.....	36	6.1 COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE.....	51
2.GOVERNANÇA E GESTÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS	10	4.1.3 DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA.....	26	4.5.2 SEGURANÇA DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO EDIFICADO.....	36	6.2 EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA.....	54
2.1 RELAÇÃO ENTRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E A ATIVIDADE LEGISLATIVA.....	11	4.1.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS/ PROJETOS/AÇÕES.....	27	4.5.3 CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO.....	37	6.3 TRANSPARÊNCIA.....	55
2.1.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DE PROCESSOS DE TRABALHO.....	11	4.1.5 DESEMPENHO ATUAL X DESEMPENHO ORÇADO.....	28	4.5.4 INSTALAÇÃO DE USINA FOTOVOLTAICA.....	37	7 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	57
2.1.2 ARQUITETURA DE PROCESSOS.....	13	4.2 GESTÃO DE PESSOAS	29	4.5.5 REFORMA DOS APARTAMENTOS FUNCIONAIS DOS BLOCOS K E L DA SQN 202.....	37	7.1 PRINCIPAIS DADOS EXTRAÍDOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS*.....	58
2.2 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL.....	14	4.2.1 AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....	29	4.5.6 TRANSPORTE.....	38	7.1.1 BALANÇO PATRIMONIAL.....	58
2.2.1 MODELO DE GOVERNANÇA DA GESTÃO ESTRATÉGICA.....	15	4.2.2 ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS.....	32	4.6 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	39	7.1.2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	61
3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – MISSÃO, VISÃO E VALORES	16	4.2.3 PRINCIPAIS AÇÕES VOLTADAS À GESTÃO DE PESSOAS.....	32	4.6.1 MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC.....	39	7.1.3 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	64
3.1 NOVO CICLO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2025-2032.....	17	4.2.4 SAÚDE.....	33	4.6.2 ESTRATÉGIA DIGITAL 2021-2024.....	40	7.1.4 BALANÇO FINANCEIRO.....	65
3.2 ENCERRAMENTO DO PORTFÓLIO ESTRATÉGICO 2023-2024.....	18	4.3 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	34	4.6.3 PRINCIPAIS NÚMEROS.....	40	7.1.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	65
3.3 GESTÃO CORPORATIVA DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	20	4.3.1 PANORAMA DAS CONTRATAÇÕES REALIZADAS EM 2024.....	34	4.6.4 PRINCIPAIS PRODUTOS DE TIC ENTREGUES EM 2024.....	41	8 TÓPICOS ESPECIAIS	66
3.4 PRINCIPAIS AÇÕES DE CONTROLE E DE CORREIÇÃO.....	21	4.3.2 CONTRATOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.....	34	5 ACESSIBILIDADE E SUSTENTABILIDADE	43	8.1 1ª REUNIÃO DE MULHERES PARLAMENTARES DO P20.....	67
3.4.1 AUDITORIA INTERNA.....	21	4.4 GESTÃO DO PATRIMÔNIO	35	5.1 ACESSIBILIDADE NA CÂMARA.....	44	8.2 CÚPULA DO P20.....	68
3.4.2 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO.....	23			5.1.1 AÇÕES DE ACESSIBILIDADE REALIZADAS EM 2024.....	45	9 ANEXOS E APÊNDICES	69
3.4.3 CORREIÇÃO.....	23					9.1 DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO.....	70



1

A CÂMARA DOS DEPUTADOS



A Câmara dos Deputados (CD) é composta por representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, em cada estado da federação e no Distrito Federal, para exercer mandato em uma legislatura, com duração de quatro anos. As competências desta Casa, estabelecidas na Constituição Federal, abrangem três funções primordiais: representar o povo brasileiro (art. 45), elaborar as proposições legislativas (art. 48) e fiscalizar os atos do Poder Executivo na aplicação dos recursos públicos (arts. 49 a 51 e art. 70).

□ 1.1 ATIVIDADE LEGISLATIVA

Os deputados são eleitos para mandato de quatro anos, com atribuições de representar o povo brasileiro, propor e votar leis, discutir e votar o orçamento da União, e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos. Além de manter toda a infraestrutura necessária para que os deputados possam realizar suas atribuições constitucionais, a Câmara dos Deputados oferece diversos serviços de informação e de interação com a sociedade, com o objetivo de dar voz aos diversos segmentos sociais e compreender melhor as necessidades da população.

Em 2024, as sessões do Plenário ocorreram de forma semipresencial (com presença física dos deputados por biometria e possibilidade de votação remota), mas também foram realizadas

algumas sessões de forma virtual (sem necessidade de presença física dos deputados). As comissões realizaram reuniões presenciais, mas fizeram muitas audiências públicas remotas ou semipresenciais, com o uso de sistemas de videoconferência.

As atividades do [Centro de Estudos e Debates Estratégicos](#), da [Procuradoria Parlamentar](#) e da [Corregedoria Parlamentar](#) também merecem destaque. Essas e outras informações sobre a atividade legislativa encontram-se permanentemente disponíveis para consulta nos diversos canais institucionais de comunicação: [portal da Câmara dos Deputados](#), [mídias sociais](#), [Rádio Câmara](#), [TV Câmara](#), [diários da Câmara dos Deputados](#), [relatórios técnicos](#) e [publicações oficiais](#), entre outros.

1.2 PRODUÇÃO LEGISLATIVA

Os deputados desenvolvem sua atuação parlamentar de maneira individual e por meio de diversos órgãos parlamentares.

O Plenário da Câmara dos Deputados é um espaço de atuação parlamentar em que deputados debatem questões de interesse nacional e deliberam sobre proposições legislativas.

Em 2024, foram realizadas 238 sessões no Plenário Ulysses Guimarães, das quais 86 foram sessões deliberativas extraordinárias, 3 foram comissões gerais e 149 foram sessões não deliberativas solenes.

As sessões deliberativas são divididas em ordinárias e extraordinárias. Ambas possuem ordem do dia, fase em que são discutidas e votadas as matérias incluídas na pauta da sessão. Nas sessões ordinárias, além das deliberações, há um período reservado para debates. Nas extraordinárias, apenas ocorre a ordem do dia.

As sessões não deliberativas dividem-se em duas categorias: sessões de debates, sobre temas variados; e sessões solenes, destinadas a homenagens e cerimônias.

O Plenário da Câmara também pode ser convertido em comissão geral, um

Figura 1 – Sessões plenárias

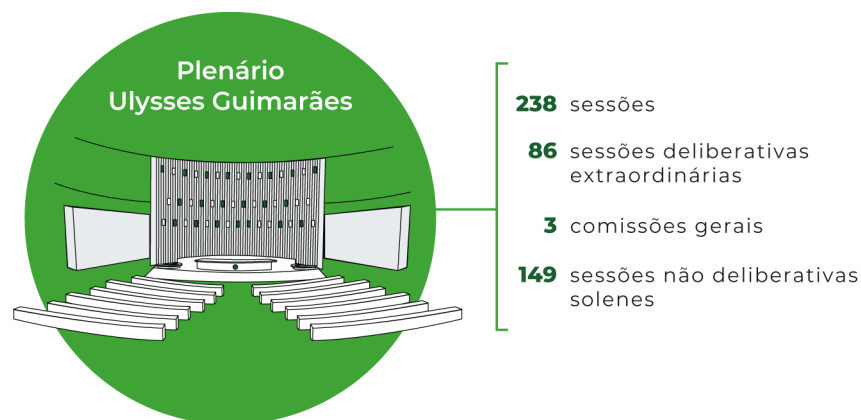



Figura 2 – Produção legislativa no Plenário



Medida provisória	13
Projeto de decreto legislativo	26
Proposta de emenda à Constituição	3
Projeto de lei	140
Projeto de lei complementar	14
Projeto de resolução	5
Outros projetos	35
TOTAL DE MATÉRIAS VOTADAS	236



formato especial de reunião que permite debates aprofundados sobre temas importantes.

Ao longo do ano, foram votadas 236 matérias no Plenário, entre as quais: 3 propostas de emenda à Constituição, 13 medidas provisórias, 14 projetos de lei complementar, 140 projetos de lei, 26 projetos de decreto legislativo e 5 projetos de resolução. Há ainda que se contabilizar 585 destaques e 393 requerimentos e pareceres votados em Plenário.

Dos principais resultados do ano, destaca-se a aprovação da regulamentação da reforma tributária. Com o obje-

tivo de simplificar o sistema tributário nacional, a Câmara dos Deputados se empenhou para garantir a necessária agilidade à tramitação da matéria. Outro ponto de destaque foi o compromisso da Câmara com a agenda ambiental e com a transição energética para uma matriz mais sustentável. Foram aprovadas matérias como a definição legal de hidrogênio combustível e hidrogênio verde, a regulamentação do setor da indústria de jogos eletrônicos, diversos auxílios ao Estado do Rio Grande do Sul (RS), o Programa de Aceleração da Transição Energética, o Fundo Verde e

o reajuste da tabela para pagamento de Imposto de Renda.

Por meio das [comissões permanentes](#) e das [comissões temporárias](#), os parlamentares, de forma temática, discutem e votam proposições legislativas, realizam audiências públicas com a participação de representantes da sociedade e realizam atividades fiscalizatórias, entre outras atribuições.

No âmbito das comissões, citamos 498 projetos aprovados de forma conclusiva, 2.855 requerimentos deliberados e 2.980 pareceres a proposições. As comissões promoveram 1.692 reuniões, sendo 752 reuniões deliberativas e 940 audiências públicas, além de outros eventos. Temas relevantes também foram tratados por comissões especiais, comissões externas e grupos de traba-

Figura 3 – Produção legislativa nas comissões



498 proposições legislativas aprovadas de forma conclusiva

2.855 requerimentos deliberados

2.980 pareceres a proposições

752 reuniões deliberativas

940 audiências públicas e outros eventos

lho, como o da regulamentação da reforma tributária.

A relação de propostas apreciadas e aprovadas pela Câmara dos Deputados pode ser acessada na página de [estatísticas legislativas](#).

Ademais, foram registradas 770 horas de sessões plenárias e 2.486 horas de reuniões de comissões e eventos legislativos.

No total, foram disponibilizados 11.821 discursos de Plenário e 17.697 discursos de comissões e eventos legislativos, referentes a 1.144 reuniões. No [painel de discursos](#), é possível ter acesso aos registros de debates e votações em destaque no Plenário e em reuniões de

comissões da Câmara dos Deputados, selecionados em razão de sua relevância para a agenda política do país e da repercussão perante a opinião pública. Já o [banco de discursos](#) contém todos os pronunciamentos dos deputados em sessões do Plenário desde 1946, além de reuniões de comissões registradas pelo Departamento de Taquigrafia da Casa desde outubro de 2000.

O [Conselho de Ética e Decoro Parlamentar](#), órgão responsável por examinar as condutas puníveis e propor as penalidades aplicáveis aos deputados submetidos ao processo disciplinar, realizou 18 reuniões extraordinárias semi-presenciais, destinadas à apreciação de cinco representações.

Figura 4 – Sessões e discursos

Registros de sessões



770 horas de sessões Plenárias

2.486 horas de reuniões de comissões e eventos legislativos

Discursos disponibilizados



11.821 discursos de Plenário

17.697 discursos de comissões e eventos legislativos

1.3 AÇÕES DE SUPORTE À ATIVIDADE LEGISLATIVA

A Câmara dos Deputados conta com um sistema unificado de assessoramento institucional ao processo legislativo, responsável por orientar os parlamentares, as comissões permanentes e especiais, bem como a Mesa Diretora.

Figura 5 – Assessoramento legislativo



Assessoramento legislativo e orçamentário em 2024

6.946	Minutas de proposições legislativas
5.619	Minutas de pareceres de relatoria
1.224	Estudos, notas técnicas e consultas
635	Minutas de discursos parlamentares
1.671	Atendimentos presenciais ou remotos aos colegiados parlamentares (Plenário, comissões, lideranças e gabinetes)
37	Análises de impacto orçamentário e financeiro de proposições legislativas
8.605	Análises de emendas a proposições do ciclo orçamentário (PPA, LDO e LOA)

Esse assessoramento abrange orientações técnicas, estudos, minutas de proposições e discursos parlamentares, além do acompanhamento de sessões do Plenário e de reuniões das comissões.

Destaca-se o assessoramento técnico às seguintes proposições legislativas deliberadas na Câmara dos Deputados: Política Nacional de Ensino Médio, Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten), Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e regulamentação da reforma tributária.

Além disso, foram publicados 166 estudos e notas técnicas e 57 notas descritivas de medidas provisórias, que são fontes de pesquisas para os gabinetes parlamentares e para a sociedade. Alguns desses estudos subsidiaram a elaboração de páginas eletrônicas específicas, publicadas no portal da Câmara dos Deputados, sobre os seguintes temas: [questões indígenas](#); [desoneração da folha de pagamento](#); [regulação de plataformas de streaming](#); [desafios de regular a inteligência artificial](#); [o papel dos juros do cartão de crédito no supe-](#)

[rendividamento](#); [nova reforma do ensino médio](#); [eleições 2024 – reconheça fake news](#); e [ensino em tempo integral](#).

Ademais, em parceria com o Cedes, realizaram-se eventos sobre temas relevantes para o Parlamento, tais como: alterações legislativas para a reindustrialização do setor automotivo, a transição energética e a descarbonização; profissões em risco: inteligência artificial e empregabilidade; e modelos de enfrentamento à violência e aos preconceitos na escola.

No que se refere ao ciclo orçamentário, os consultores de orçamento prestaram assessoramento durante a tramitação da Lei Orçamentária Anual (LOA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Plano Plurianual (PPA).

Sobre notas técnicas e estudos orçamentários, destacam-se os seguintes tópicos: [limites de despesas primárias para 2025](#); [análise da execução do Pro-](#)

[grama Pé-de-Meia](#); [o caminho do equilíbrio: é preciso “cortar gastos”?](#); [subsídios à apreciação do PLDO 2025](#); [aspectos fiscais do PLDO 2025](#); [o direito à saúde, o Sistema Único de Saúde \(SUS\) e as Ações e serviços públicos de saúde \(ASPS\) computáveis no piso constitucional](#); [simulações para a evolução de gastos mínimos da União em saúde, educação e benefícios do RGPS](#).

Em 2024, foi lançado um programa ao vivo com a participação de especialistas e consultores, o [Bora Entender](#). O programa é transmitido pela TV Câmara e outros canais institucionais, com o objetivo de explicar temas em debate no Congresso Nacional. A cada semana, um novo assunto é abordado de forma clara e acessível, proporcionando ao cidadão a oportunidade de elucidar dúvidas e formar sua própria opinião. Ao longo do ano, foram realizadas 27 edições do programa.





2

**GOVERNANÇA E
GESTÃO NA CÂMARA
DOS DEPUTADOS**

2.1 RELAÇÃO ENTRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E A ATIVIDADE LEGISLATIVA

2.1.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DE PROCESSOS DE TRABALHO

A estrutura organizacional da Câmara dos Deputados reflete suas funções primordiais e busca garantir a realização da atividade legislativa com a qualidade, a celeridade, a confiabilidade e a transparência necessárias ao fortalecimento da democracia no país. As funções constitucionais da Câmara dos Deputados são exercidas exclusivamente pelos deputados federais, individualmente e em órgãos colegiados, segundo organização legislativa própria que inclui o Plenário, a Mesa Diretora, as comissões permanentes e temporárias e o Colégio de Líderes, entre outros.

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados dirige os trabalhos legislativos e administrativos da instituição e é composta por presidência, duas vice-presidências, quatro secretarias e quatro

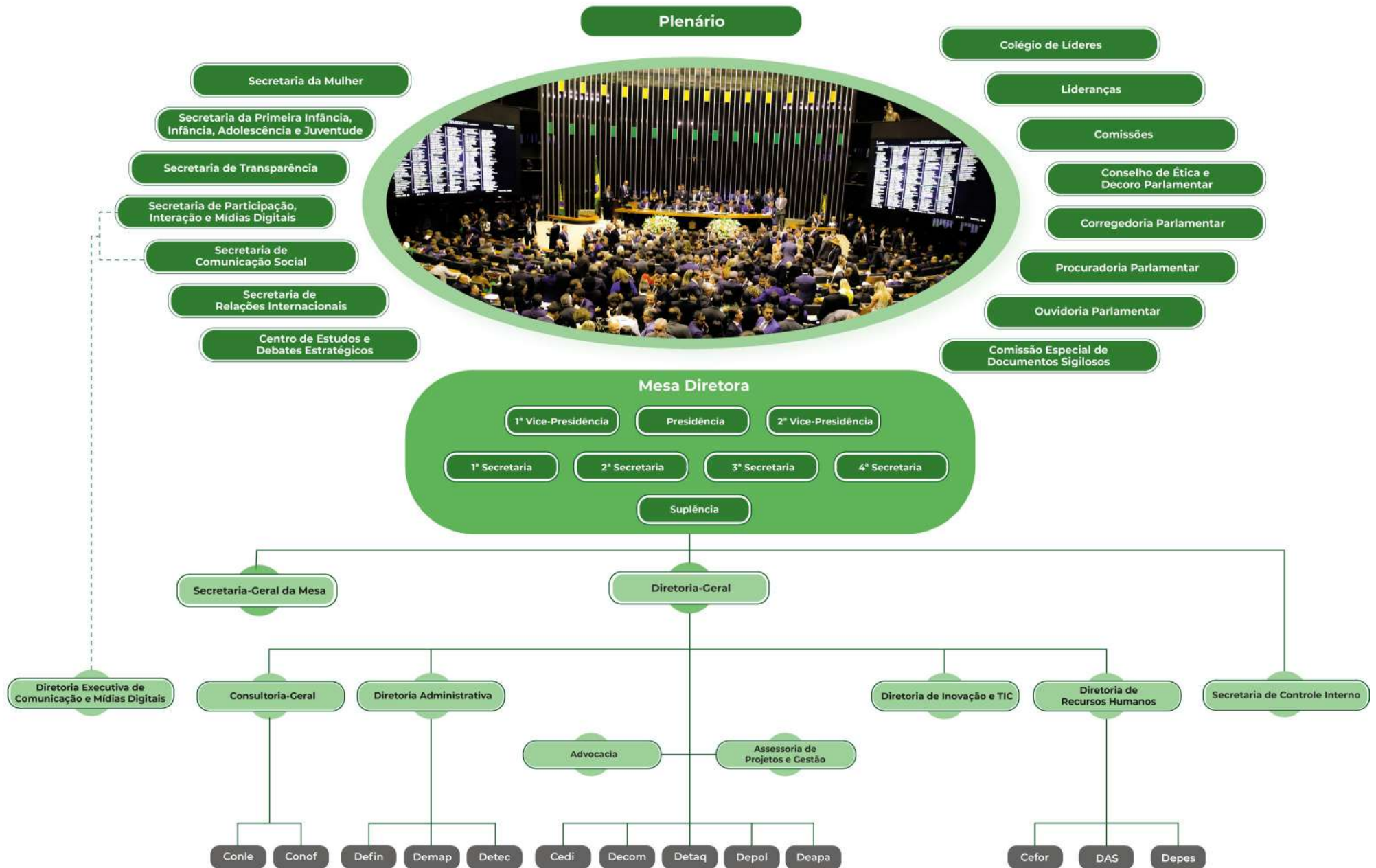
suplências. Seus titulares são eleitos, entre os deputados, para mandato de dois anos. Os serviços administrativos têm como superintendente o primeiro-secretário, que é o responsável por monitorar se as diretrizes da Mesa estão sendo observadas, direcionando a gestão. As atribuições dos membros da Mesa foi fixada no [Ato da Mesa n. 95/2013](#) e sua composição ao final de 2024 era a constante da Figura 6.

De forma diversa do que ocorre no Poder Executivo, em geral, as decisões legislativas são colegiadas. O presidente da Câmara dos Deputados atua como representante da Casa e supervisor dirigente dos trabalhos e da ordem. As áreas técnicas são diretamente subordinadas à Mesa e se subdividem em Diretoria-Geral (DG) e em Secretaria-Geral da Mesa (SGM), situadas no mesmo nível hierárquico. A DG é a estrutura técnico-administrativa e a SGM é a estrutura técnico-legislativa.

Figura 6 – Composição da Mesa Diretora em 31/12/2024



Figura 7 – Estrutura organizacional



2.1.2 ARQUITETURA DE PROCESSOS

A relação entre o trabalho parlamentar e as atividades de apoio técnico é também expressa por meio da arquitetura corporativa de processos de trabalho da Câmara dos Deputados. A arquitetura de processos organiza as atividades da Casa em grupos temáticos, desdobrados em macroprocessos. Os grupos temáticos finalísticos, referentes às funções constitucionais da Câmara dos Deputados, estão representados a seguir, em verde-escuro, e os grupos temáticos de suporte, em verde-claro.

Figura 8 – Arquitetura de processos



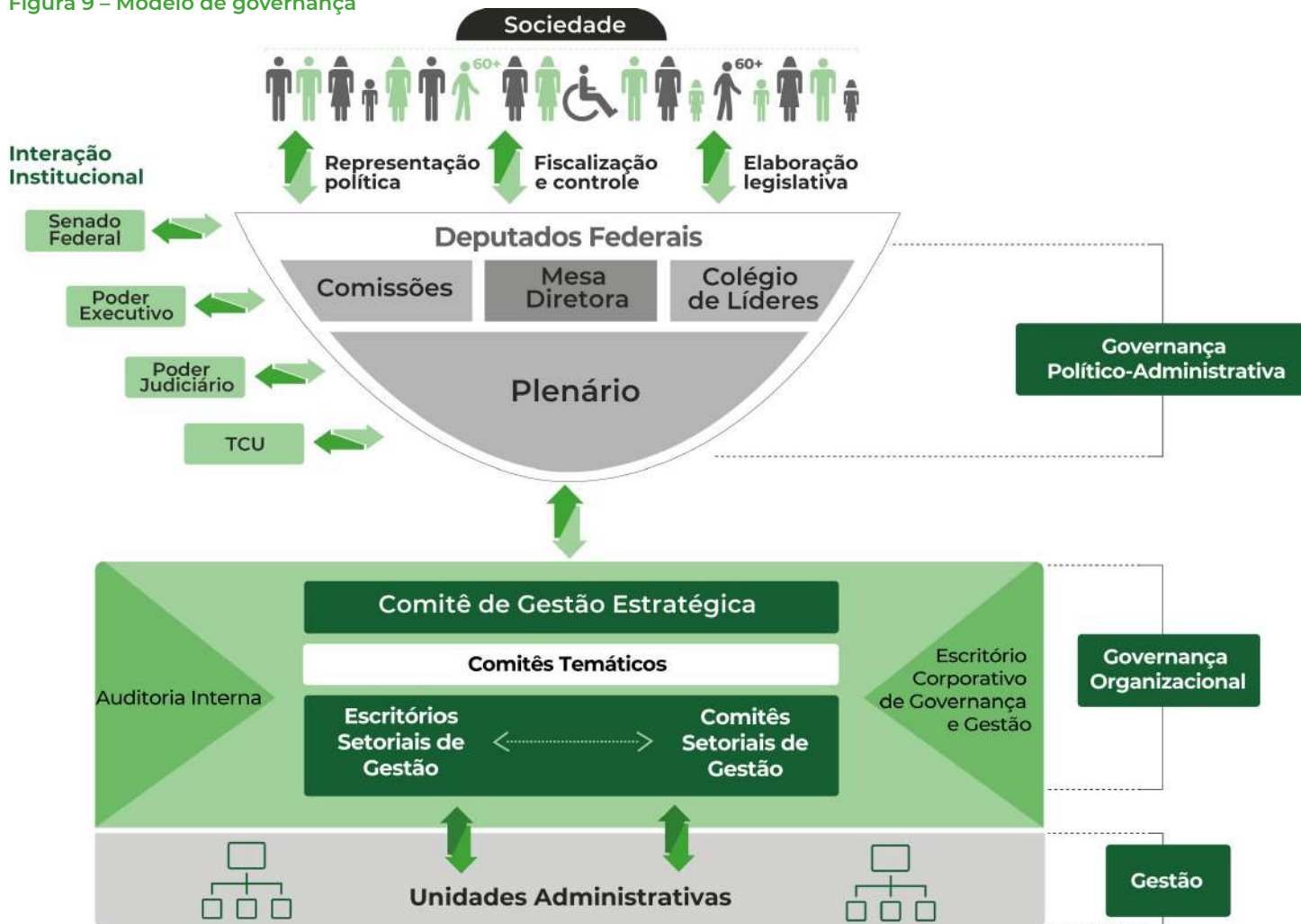
2.2 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL

Conformidade legal

- Atos da Mesa
 - n. 245/2018
- Atos do Presidente do CGE
 - n. 1/2018
 - n. 2/2018
 - n. 3/2018

Além da estrutura organizacional da Câmara dos Deputados, existe uma estrutura de governança que representa a relação entre a Mesa Diretora e a estrutura técnico-administrativa, no que diz respeito ao estabelecimento de diretrizes e de metas estratégicas para o funcionamento administrativo interno e para o acompanhamento periódico de ações e de projetos desenvolvidos.

Figura 9 – Modelo de governança



2.2.1 MODELO DE GOVERNANÇA DA GESTÃO ESTRATÉGICA

A estrutura da governança organizacional da Câmara dos Deputados foi estabelecida pelo [Ato da Mesa n. 245/2018](#), quando foram definidas as competências e as relações entre as instâncias deliberativas e as instâncias de assessoramento que compõem o modelo adotado.

A instância deliberativa superior do modelo de governança da gestão estratégica é o Comitê de Gestão Estratégica (CGE), cujo presidente é o diretor-geral. Esse colegiado superior, composto pelos dirigentes das oito unidades superiores das áreas técnico-administrativa e técnico-legislativa, é responsável por avaliar os cenários interno e externo, definir a estratégia, direcionar a gestão e monitorar seu desempenho, zelando pela conformidade, pela transparência

e pela prestação de contas aos órgãos de controle e à sociedade.

O CGE é assessorado pelo Escritório Corporativo de Governança e Gestão (ECGG), cujo objetivo é viabilizar o efetivo exercício das competências do colegiado superior.

Os membros do CGE participam de Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAEs) ordinárias e extraordinárias ao longo do ano, com a finalidade de dirigir, monitorar e avaliar o desempenho da gestão da Câmara dos Deputados.

Em nível setorial, cada uma das oito unidades administrativas superiores representadas no CGE compõe um Comitê Setorial de Gestão (CSG), integrado pelos titulares das unidades administrativas diretamente subordinadas.

Os CSGs orientam e acompanham o processo de gestão da respectiva diretoria ou secretaria, garantindo alinhamento das ações à estratégia corporativa.

São assessorados por Escritórios Setoriais de Gestão (ESGs), que atuam de forma alinhada com as metodologias e as orientações do ECGG. As competências dessas instâncias estão detalhadas no [Ato do Presidente do CGE n. 1/2018](#).

Além do CGE e dos CSGs, compõem o modelo de governança da Câmara dos Deputados os comitês temáticos, colegiados temporários que se reúnem periodicamente para deliberar ou se manifestar sobre temas que impactam a estratégia da Casa e que dependem de decisões e ações conjuntas de diferentes unidades administrativas. As regras de funcionamento desses comitês estão dispostas no [Ato do Presidente do CGE n. 1/2019](#).

Figura 10 – Comitês temáticos

Comitê Diretivo de Gestão Orçamentária e Financeira (CDGOF)	Delibera sobre questões relacionadas à gestão orçamentária, à gestão financeira e à aquisição de bens e serviços
Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação (CDTI)	Desdobra as estratégias de tecnologia da informação definidas pelo CGE, prioriza ações e acompanha seus resultados
Comitê Gestor do Relacionamento (CGR)	Zela pelo cumprimento das normas e dos procedimentos estabelecidos para a gestão do relacionamento
Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI)	Propõe, promove e acompanha ações relativas à segurança da informação
Comitê de Responsabilidade Social	Promove ações sistematizadas, integradas e permanentes relativas à acessibilidade, à equidade, à sustentabilidade e à qualidade de vida no trabalho





3

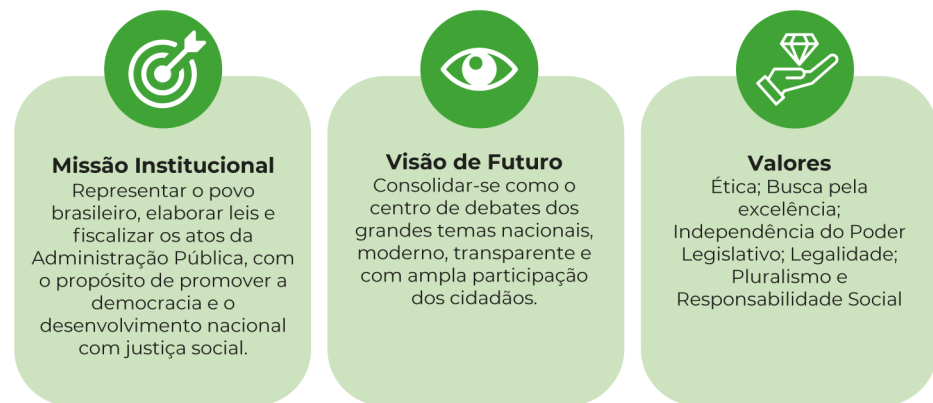
**PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO –
MISSÃO, VISÃO E
VALORES**

3.1 NOVO CICLO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2025-2032

O ano de 2024 representou uma transição entre a Estratégia 2012-2023 e a Estratégia 2025-2032. A conclusão do ciclo estratégico 2012-2023 ensejou a elaboração de um novo modelo de estratégia de longo prazo para a gestão da Câmara dos Deputados. Amparado nos elementos institucionais, o mode-

lo estrutura o planejamento, a execução e o acompanhamento de ações em ciclos de oito anos, que se desdobram em planos de gestão de dois anos, alinhados aos mandatos da Mesa Diretora. Nos planos de gestão, a estratégia é materializada por meio da execução de ações e projetos estratégicos.

Figura 11 – Elementos institucionais da Estratégia



A [Estratégia 2025-2032](#), aprovada pelo CGE em dezembro de 2024, mantém-se vinculada à missão institucional, à visão de futuro e aos valores do ciclo de longo prazo anterior. Compõe-se de

prioridades e desafios definidos após a realização de diagnóstico amplo, em que foram ouvidos gestores, servidores efetivos e demais colaboradores.

Figura 12 – Modelo da Estratégia da administração



Além do processo de elaboração do novo ciclo de longo prazo, no ano de 2024 houve a continuidade dos projetos estratégicos do biênio 2023-2024. Os resultados desses projetos serão detalhados no item a seguir.



□ 3.2 ENCERRAMENTO DO PORTFÓLIO ESTRATÉGICO 2023-2024

Ao final do biênio 2023-2024, houve o encerramento dos [projetos estratégicos do ciclo curto](#), com diversas entregas finalizadas e benefícios alcançados, sintetizados a seguir:

PROJETO: ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ÀS NORMAS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO

Benefícios alcançados: edificações mais seguras, mais acessíveis e em conformidade com os normativos vigentes; maior possibilidade de identificação e de combate a princípios de incêndio.

PROJETO: ACESSORAMENTO LEGISLATIVO BASEADO EM DADOS

Benefícios alcançados: ampliação das bases de dados, com a agregação de dados externos; redução do tempo despendido para o acesso a dados e informações necessárias para o assessoramento e elaboração legislativa.

PROJETO: AUDIÊNCIAS INTERATIVAS NO PORTAL

Benefícios alcançados: realização de debates interativos no portal, com interação por meio do envio de perguntas pelos cidadãos; estímulo à participação da sociedade no processo legislativo.

PROJETO: GESTÃO DE AFASTAMENTOS PARLAMENTARES

Benefícios alcançados: otimização do gerenciamento de afastamentos parlamentares, com atualização tecnológica e economia de tempo e de recursos; integração com o Gabinete Digital e com o eDoc.

PROJETO: GESTÃO DE MÍDIAS AUDIOVISUAIS

Benefícios alcançados: adequação da infraestrutura para preservação de mídias audiovisuais históricas do arquivo da Câmara; modernização e automatização dos processos de armazenamento, indexação e disponibilização de material audiovisual das atividades legislativas.

PROJETO: GESTÃO DO PROGRAMA ESTÁGIO-VISITA

Benefícios alcançados: gestão mais eficiente e segura das informações relacionadas ao Programa Estágio-Visita, com integração ao Gabinete Digital; aumento da transparência com o acompanhamento facilitado das inscrições e gerenciamento dos dados cadastrais pelos estudantes candidatos.

PROJETO: GOVERNANÇA DE DADOS 2.0

Benefícios alcançados: elaboração da Política de Governança de Dados da Câmara dos Deputados; implantação dos processos de gestão de proteção de dados pessoais, de gestão da qualidade de dados e de gestão de metadados.

PROJETO: SISTEMA INFOLEG PARLAMENTAR – MÓDULO ÓRGÃOS LEGISLATIVOS

Benefícios alcançados: visão centralizada e integrada do ciclo de vida dos órgãos legislativos, desde a criação até a extinção, com maior eficiência, transparência e controle nos processos administrativos; simplificação e maior precisão do processo de indicação de cargos para compor comissões permanentes e temporárias.

PROJETO: SISTEMA INFOLEG PROCESSO LEGISLATIVO DIGITAL (PLD) – MÓDULO 2

Benefícios alcançados: automação dos procedimentos iniciais e integração de todas as comissões ao sistema no fluxo do processo legislativo; cultura de dados no processo legislativo, com maior eficiência e transparência nas diversas etapas; interface mais acessível e experiência de usuário aprimorada.

PROJETO: MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA HABIT

Benefícios alcançados: disponibilização do módulo “Gestão de Moradia” dentro do Gabinete Digital para deputados; maior confiabilidade nos dados gerados e simplificação do controle dos serviços de habitação e dos processos administrativos relativos ao auxílio moradia e à ocupação de imóveis funcionais.

PROJETO: MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE VOTAÇÃO

Benefícios alcançados: robustecimento da confiança e da segurança do processo de votação, com modernização, disponibilidade e acessibilidade; garantia da continuidade da realização de sessões plenárias em situações de emergência e de adversidades.

PROJETO: MONITORAMENTO DA PERCEPÇÃO DA SOCIEDADE SOBRE OS TEMAS EM DISCUSSÃO

Benefícios alcançados: captação e consolidação dos dados que chegam pelos diversos canais de interação da Casa; contribuição para o processo decisório de parlamentares, lideranças e bancadas, bem como dos setores administrativos da Casa, com a utilização de relatórios e dados sobre a participação do cidadão.



PROJETO: PORTAL DE AUTOSERVIÇOS DO SERVIDOR

Benefícios alcançados: centralização dos serviços de pessoal em um portal único, disponível para colaboradores e ex-colaboradores; automação dos serviços e otimização dos processos de pessoal, com redução da quantidade de atendimento e da necessidade de documentos físicos.

PROJETO: PRESTAÇÃO DINÂMICA DE CONTAS

Benefícios alcançados: aprimoramento do processo de prestação de contas e elevação dos níveis de transparência do portal institucional.

PROJETO: ROTEIRO DO PRESIDENTE

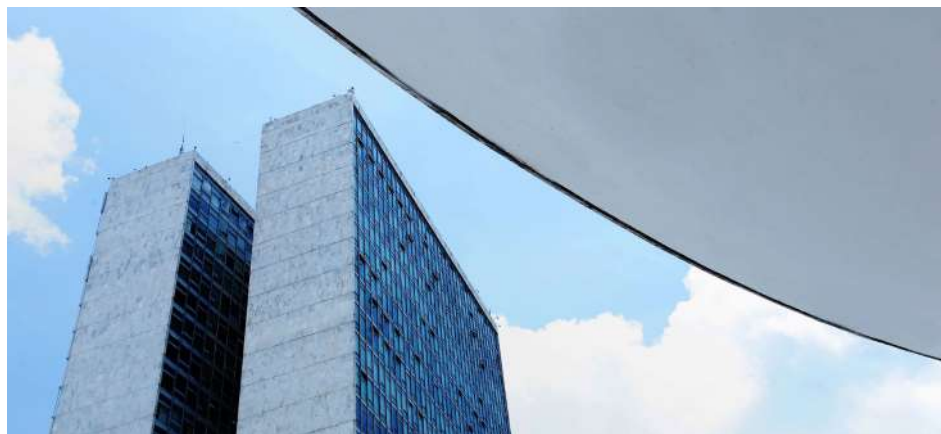
Benefícios alcançados: automação do processo de elaboração do roteiro para a condução de sessões plenárias e reuniões de comissões, com atualizações em tempo real, de forma integrada aos principais sistemas legislativos; eficiência no andamento das sessões plenárias, com celeridade e organização em todo o processo legislativo.

PROJETO: SISTEMA DE SUPORTE E ACESSORAMENTO LEGISLATIVO DIGITAL (ALD)

Benefícios alcançados: modernização dos sistemas de assessoramento legislativo da Câmara dos Deputados, com mais agilidade e confiabilidade às demandas institucionais; mobilidade e praticidade de uso da plataforma ALD por meio de dispositivos móveis.

PROJETO: TRILHAS DE CONTROLE PARA CERTIFICAÇÃO DE CONTAS

Benefícios alcançados: identificação automatizada da ocorrência de desvios e distorções em processos de trabalho relevantes para a prestação e a certificação de contas da Câmara; elaboração de 35 trilhas de controle contábil, que serão utilizadas na certificação de contas dos próximos anos, além da criação e da validação do processo de elaboração de trilhas de controle.



□ 3.3 GESTÃO CORPORATIVA DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O Modelo Corporativo de Gestão de Riscos da Câmara dos Deputados (MCGR), instituído pelo [Ato da Mesa n. 233/2018](#), acrescido da definição de apetite a riscos (nível de risco que a instituição está disposta a aceitar), prevista no [Ato do Presidente do CGE n. 1/2022](#), tem auxiliado as unidades administrativas no levantamento de riscos associados a processos de trabalho ou ações, a partir da avaliação de sua criticidade.

A implementação da gestão de riscos constitui ferramenta valiosa para os gestores na busca por um melhor desempenho das atividades e pelo alcance dos resultados pretendidos. Além disso, melhora a capacidade da Administração de

lidar com incertezas e de se antecipar a possíveis problemas. Assim, o aprimoramento desse processo é prioridade da gestão.

No último trimestre de 2024, deu-se início à elaboração de novo modelo de diagnóstico com abordagem integrada, para identificação dos processos que terão seus riscos acompanhados pelo ECGG. O novo modelo tem como premissa o trabalho articulado entre diferentes áreas da Casa para atingir um objetivo comum, o que permitirá maior suporte às unidades administrativas e mais eficiência no alcance dos controles da gestão.

3.4 PRINCIPAIS AÇÕES DE CONTROLE E DE CORREIÇÃO

Conformidade legal

Constituição Federal



Resoluções CD



n. 20/1971



n. 17/1989



n. 69/1994

Atos da Mesa



n. 46/2012



n. 133/2016

Portarias Secin



n. 1/2016



n. 1/2018



n. 1/2019



n. 2/2019



n. 1/2024

Ordens de Serviço Secin



n. 1/2019



n. 2/2019



n. 1/2022

Instrução Normativa TCU



n. 84/2020

Decisão Normativa TCU



n. 198/2022

3.4.1 AUDITORIA INTERNA

As ações de auditoria interna são desenvolvidas a partir da avaliação de risco em termos de materialidade, relevância, imagem institucional e criticidade dos processos auditáveis, buscando o alinhamento com a estratégia da Casa.

Em 2024, foram priorizados trabalhos relacionados à auditoria integrada (financeira e de conformidade). Essa auditoria objetiva verificar a exatidão das demonstrações contábeis e a conformidade dos atos de gestão com as normas legais e regulamentares aplicáveis. Segue os padrões técnicos de auditoria do setor público e subsidia a certificação das contas da Câmara dos Deputados.

A partir dos parâmetros qualitativos e quantitativos de materialidade estabelecidos, foram avaliadas as contas discriminadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Contas contábeis auditadas

CONTAS CONTÁBEIS	VALORES (R\$)
COTA RECEBIDA	6.882.586.809,90
SUPERÁVITS OU DÉFICITS EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.645.116.191,10
LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO - OFSS	2.356.187.198,52
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	1.502.488.560,33
CTU - RECURSOS DA CONTA ÚNICA APLICADOS	1.242.983.021,87
IMÓVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	865.877.474,53
GRATIFICAÇÕES RGPS	860.398.303,31
GRATIFICAÇÕES RPPS	754.800.705,10
EDIFÍCIOS	636.776.715,07
PENSÕES CIVIS	417.151.103,75
FÉRIAS A PAGAR	397.774.112,36
VENCIMENTOS E SALÁRIOS RPPS	366.845.146,25
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	351.949.369,92
SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	305.025.835,30
VENCIMENTOS E SALÁRIOS RGPS	209.048.928,33
EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO/TIC	131.730.900,26
SUPERÁVITS OU DÉFICITS EXERCÍCIOS ANTERIORES (valor criado pela STN)	126.993.079,43
13 SALÁRIO - PESSOAL CIVIL 16/91	121.686.436,22
13. SALÁRIO - RPPS	119.101.987,94
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	117.992.671,48
Estacionamentos e garagens ¹	91.821.460,29
13. SALÁRIO - RGPS	82.933.151,85
Adiantamento de férias ²	-

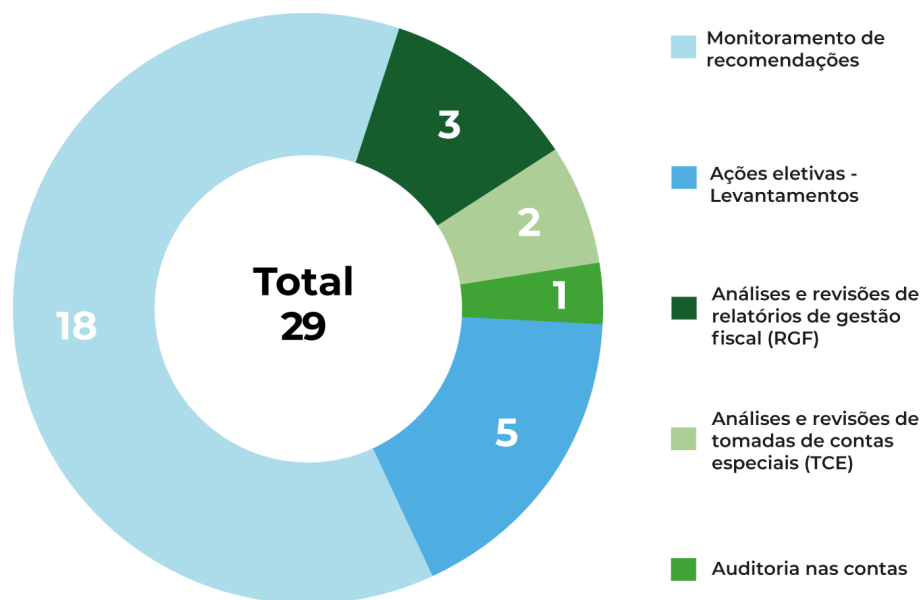
(1) Inicialmente classificada como "Terrenos e Glebas", essa conta foi reclassificada como "Estacionamentos e garagens" no âmbito da Auditoria de Contas 2024.

(2) A conta 11.3.11.01.02 – Adiantamento de Férias foi selecionada pela natureza e avaliada em 2024, tendo o seu saldo zerado ao final do exercício. Portanto, foram avaliadas ao todo 23 contas contábeis.



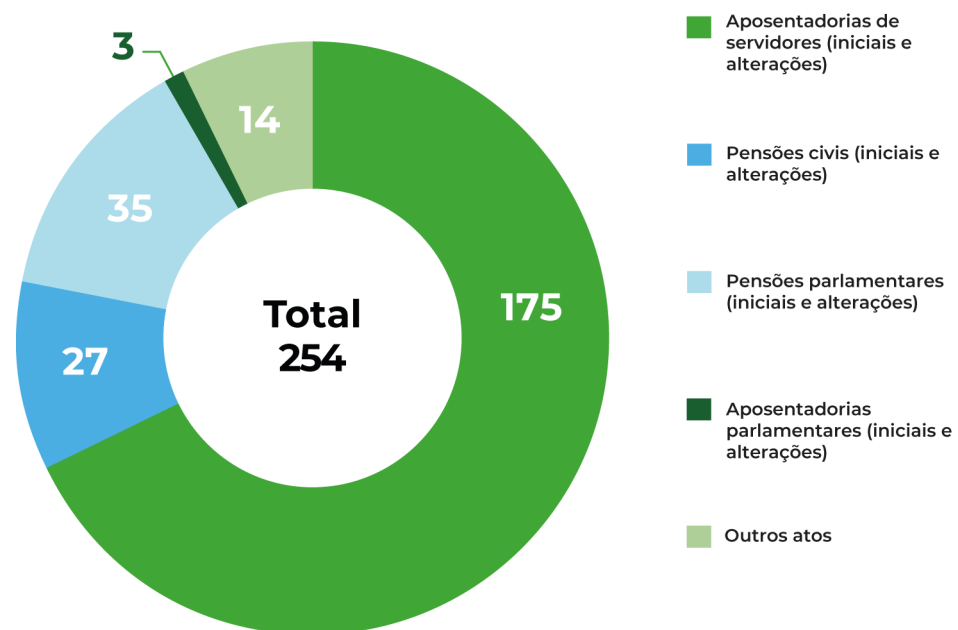
As ações de auditoria interna planejadas e executadas pela unidade de auditoria interna podem ser consultadas no [Relatório de atividades da Secretaria de Controle Interno](#). Foram realizadas as ações de auditoria constantes do Gráfico 1.

Gráfico 1 – Ações de auditoria



No que se refere à certificação de atos de pessoal, foram analisados 254 atos, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 – Atos de pessoal certificados



3.4.2 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO



As recomendações e as determinações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) à gestão da Câmara dos Deputados são analisadas e as diligências decorrentes são monitoradas até o deslinde do processo. O andamento dos processos gerados pelas ações de controle externo em 2024 pode ser verificado no quadro disponível na página de [prestação de contas](#).

3.4.3 CORREIÇÃO





Conformidade legal



Leis

-  n. 8.112/1990
-  n. 9.784/1999

Resoluções CD

-  n. 20/1971
-  n. 14/2012

Portarias

-  n. 12/2016
-  n. 124/2020
-  n. 121/2021

Investigações preliminares sumárias

As investigações preliminares sumárias (IPS), nos termos da [Portaria DG n. 12/2016](#), são procedimentos disciplinares instaurados para coletar elementos com a finalidade de se verificar o cabimento de instauração de sindicância ou de processo administrativo disciplinar (PAD), em decorrência do teor de notícias de fatos disciplinares (NFDs) recebidas por meio de denúncias (anônimas ou não) e de representações. Em 2024, houve a apuração de 113 denúncias ou representações. Foram produzidos 75 pareceres de admissibilidade, que resultaram na instauração de 41 PADs, 3 termos de ajustamento de condutas (TACs) e 27 arquivamentos. Em 31/12/2024, 4 pareceres estavam pendentes de decisão da autoridade competente.

Processo administrativo disciplinar (PAD)

O PAD, regulado no Título V, Capítulo III, da [Lei n. 8.112/1990](#), tem por objetivo apurar a responsabilidade de servidor por infração disciplinar cometida

no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições de seu cargo. O ato de julgamento é de competência do titular da Diretoria-Geral, ou da Primeira-Secretaria, ou atribuição do presidente da Câmara dos Deputados, conforme regramento estabelecido no art. 141 da Lei n. 8.112/1990, combinado com o art. 147, inciso XXX, da [Resolução n. 20/1971](#).

Em 2024, estiveram em curso 73 PAD, dos quais 36 foram julgados pela autoridade competente e 6 aguardam julgamento. Em 31/12/2024, 47 processos estavam em andamento, dos quais 42 foram instaurados em 2024 e 5, em 2023.

Das ações de correção em 2024 resultaram 15 absolvições e 27 aplicações de penalidades, sendo 1 TAC, 7 suspensões, 2 destituições de cargo em comissão, 11 conversões de exoneração em destituição de cargo em comissão, 2 demissões e 3 prescrições. Note-se que o somatório das penalidades e das absolvições pode não corresponder ao total de PADs julgados, uma vez que um processo pode ter mais de um acusado.





4

**RESULTADOS POR
ÁREA DE GESTÃO**

4.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA



Conformidade legal

Constituição Federal



Leis



n. 14.802/2024 –
Plano Plurianual 2024/2027
(PPA)



n. 14.791/2023 –
Lei de Diretrizes
Orçamentárias (LDO)



n. 14.822/2024 –
Lei Orçamentária Anual
(LOA)

Lei Complementar



n. 101/2000

A atividade-fim da Câmara dos Deputados está prevista, em sua maior parte, no âmbito do Plano Plurianual 2024-2027 ([Lei n. 14.802/2024](#)), no Programa 0034 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo, classificado como Programa de Gestão. A Casa possui duas unidades or-

çamentárias: Câmara dos Deputados e Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados.

4.1.1 PERFIL DO GASTO

A [Lei Complementar n. 200/2023](#) instituiu o Regime Fiscal Sustentável (RFS) e fixou novos limites anuais para as despesas primárias. Segundo o antigo regime, então denominado Novo Regime Fiscal (NRF), instituído pela [Emenda Constitucional n. 95/2016](#), em um ano, o teto de gastos de cada órgão poderia ser majorado segundo o percentual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) aplicado sobre o teto do ano anterior.

Pela nova sistemática, em síntese, o RFS permite que o limite de gastos de um ano ultrapasse a variação do IPCA verificada no período de doze meses, encerrado em junho do ano anterior, segundo critérios que considerem a variação real da despesa primária e da receita primária, de modo que o crescimento real (além da variação do IPCA) não seja inferior a 0,6% nem superior

a 2,5%. No entanto, até 2030, em caso de resultado primário negativo, é vedado crescimento superior a 0,6% ao ano para despesas com pessoal e encargos sociais. Em caso de constatação de superávit primário anual, o crescimento desta despesa pode alcançar 2,5%.

No âmbito da Câmara dos Deputados, o limite de despesas primárias de 2023 equivaliu a R\$ 7.463,3 milhões e a variação do IPCA, verificada de julho de 2022 a junho de 2023, foi de 3,16%. Como, a partir de 2024, os limites anuais passaram a registrar o crescimento real, o limite de despesas primárias de 2024 chegou a R\$ 7.830,0 milhões, o que representa um acréscimo de 4,91%.

Com relação às despesas primárias, os

valores pagos em 2024, incluídos os restos a pagar, totalizaram R\$ 6.580,1 milhões, ou seja, 84,04% do limite possível.

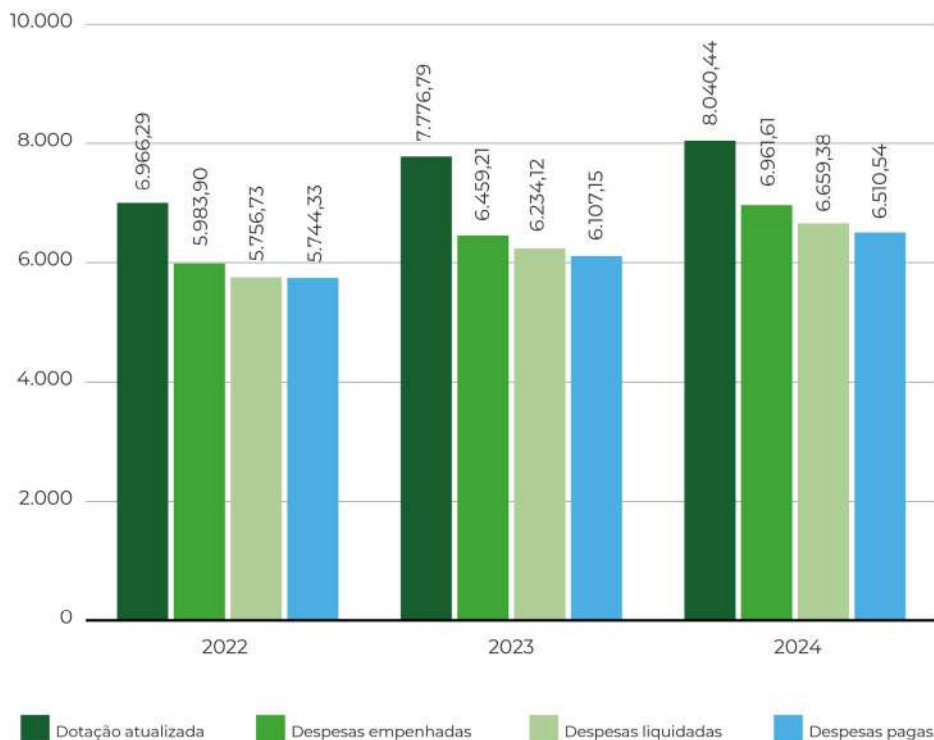
4.1.2 EVOLUÇÃO DOS ÚLTIMOS ANOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

A [Lei n. 14.822/2024](#), Lei Orçamentária Anual de 2024 (LOA 2024), consignou inicialmente à Câmara dos Deputados dotação orçamentária de R\$ 8.040,44 milhões.

Em 2024, foram pagos R\$ 6.510,54 milhões referentes ao orçamento autorizado para aquele exercício, o que equivale a 81% das dotações consignadas na LOA/2024. Em 2022 e 2023, as despesas pagas equivaleram a 82,5% e 78,5%, conforme Gráfico 3.



Gráfico 3 – Execução orçamentária



4.1.3 DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

No tocante à execução orçamentária por “Grupo de Natureza de Despesa” (GND) e por “Elemento de Despesa”, em 2024, aproximadamente 78,8% das despesas executadas pela Câmara dos Deputados referem-se a “Pessoal e Encargos Sociais” e equivalem a R\$ 5.488,29 milhões.

Nesse grupo de despesa, GND 1, “Pessoal e Encargos Sociais”, aproximadamente 48,83% da execução referem-se aos vencimentos e às vantagens fixas dos servidores ativos e 38,9% referem-se aos servidores inativos e pensionistas, conforme Gráfico 4.

Relativamente ao GND 3, “Outras Despesas Correntes”, que totalizou R\$ 1.385,03 milhões executados, aproximadamente 44,4% da despesa es-

Gráfico 4 – Despesa executada – pessoal

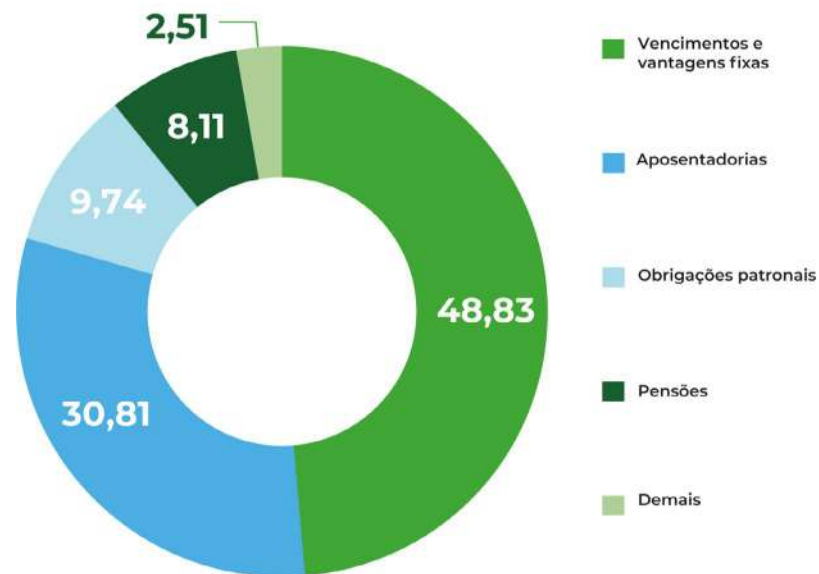
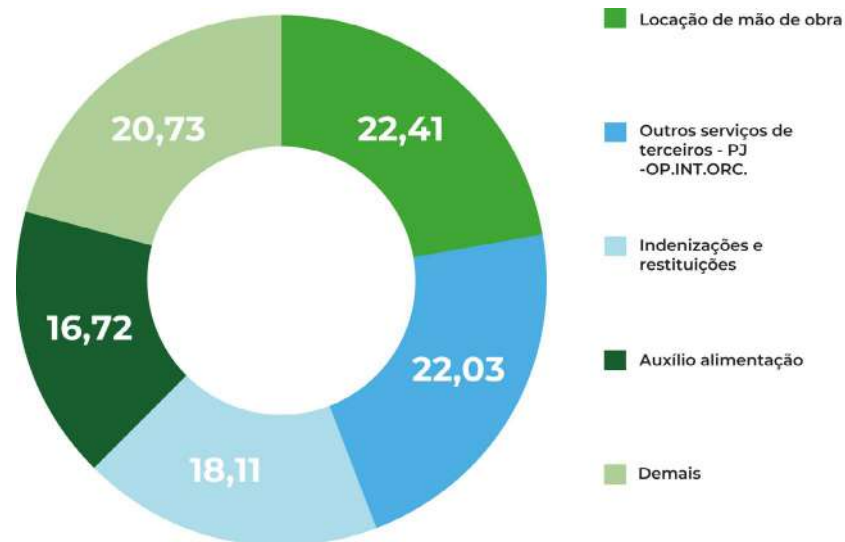


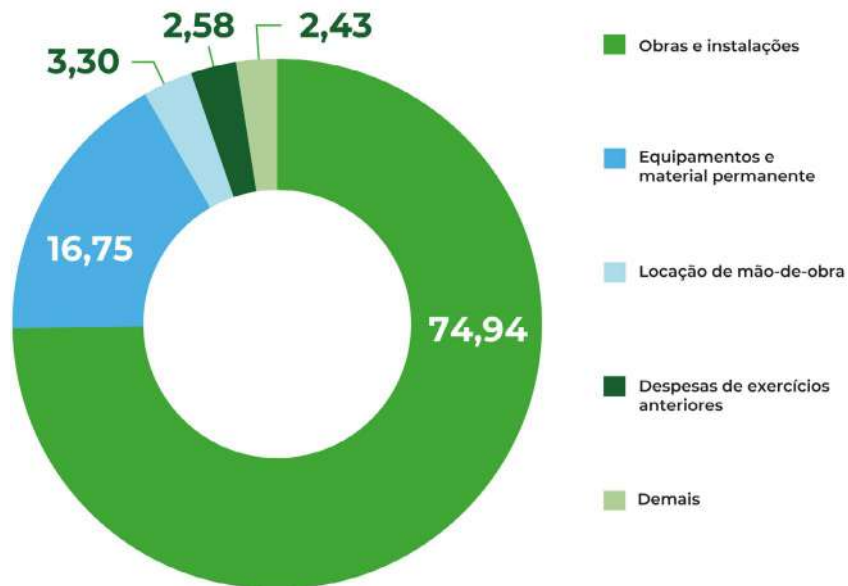
Gráfico 5 – Detalhamento da despesa – custeio



tão relacionados a contratos voltados à manutenção das atividades da Casa, dos quais 22,41% referem-se à locação de mão de obra e 22,03%, a serviços contratados de pessoas jurídicas, conforme Gráfico 5.

Com relação aos investimentos (GND 4), descritos no Gráfico 6, a despesa executada em 2024 foi de 1,3% da despesa total do órgão, totalizando R\$ 88,29 milhões. Essa despesa se concentrou basicamente em obras e instalações e equipamentos e material permanente.

Gráfico 6 – Detalhamento da despesa – investimentos

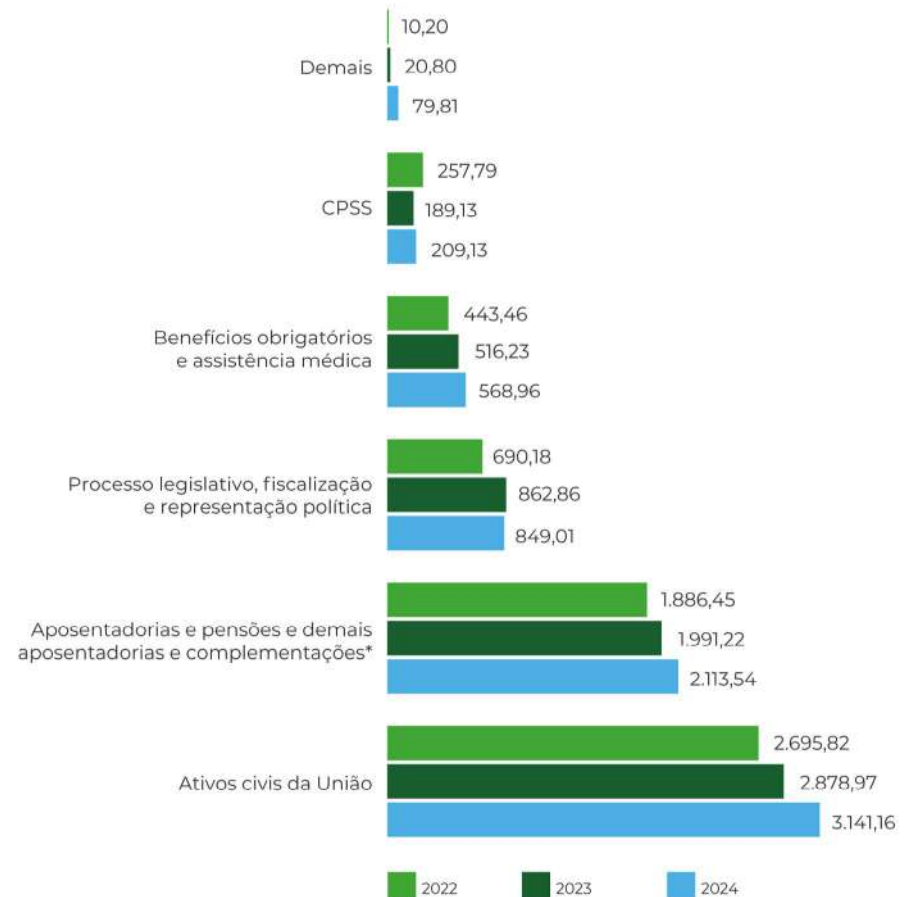


4.1.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS/PROJETOS/AÇÕES

O Gráfico 7 apresenta a execução das despesas da Câmara, por ação orçamentária. Observa-se que, em 2024, a maioria das despesas executadas concentrou-se nas ações que abrangem gastos com pessoal: R\$ 3.141,16 milhões com “Ativos Civis” e R\$ 2.113,54 milhões com “Aposentadorias e Pensões da União” e “Demais Aposentadorias e Complementações”.

As despesas com a ação “Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política”, que asseguram a manutenção do órgão e o desempenho das atividades finalísticas da Casa, totalizaram R\$ 849,01 milhões. As ações com “Benefícios Obrigatórios” e “Assistência Médica e Odontológica” responderam por R\$ 568,96 milhões das despesas executadas. Já a ação “Contribuição da União, de suas Autarquias e

Gráfico 7 – Execução orçamentária por programas



Obs.: A ação “Demais Aposentadorias e Complementações” se refere à ação “Aposentadorias e Pensões do Ex-IPC”, cujo nome foi alterado a partir de 2024.

Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais” (CPSS) foi responsável pela execução de R\$ 209,13 milhões. As demais ações somaram R\$ 79,81 milhões.

Em relação a 2023, percebe-se que a ação “Ativos Cívicos” sofreu um aumento de 9,1% (R\$ 262,19 milhões) na execução. Tal acréscimo era esperado, devido ao pagamento da segunda parcela do reajuste dos servidores, prevista na Lei n. 3.029/2022, e à posse de novos servidores na Casa, decorrente do concurso público realizado no segundo semestre de 2023.

Note-se, ainda, uma ampliação de 283,7% das despesas executadas do grupo “Demais” quando comparado a 2023. Esse crescimento se deve à execução orçamentária em 2024 das ações “Reforma dos Imóveis Funcionais destinados

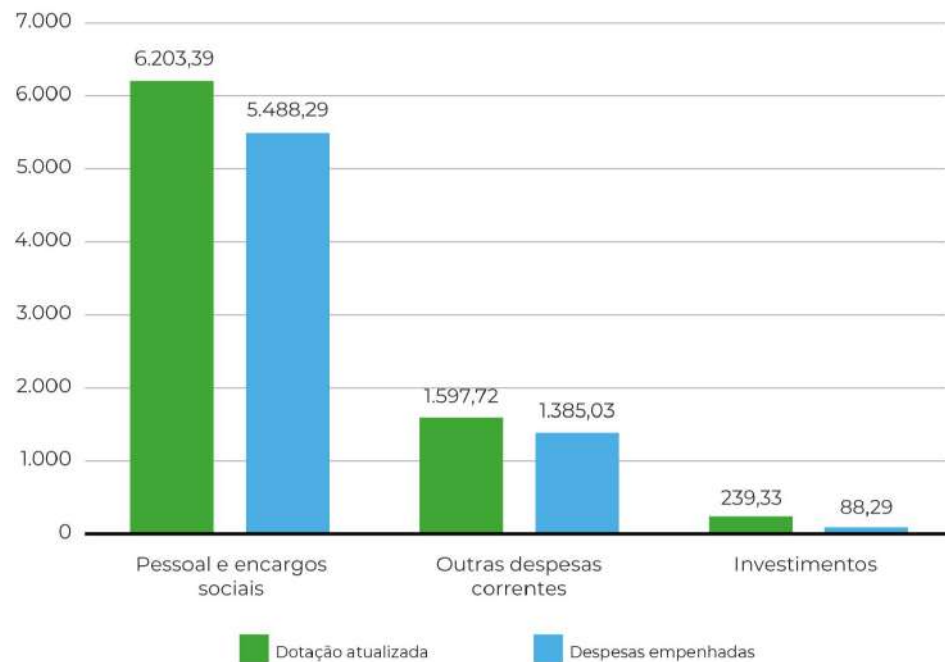
à Moradia dos Deputados” e “Benefício Especial – Lei n. 12.618/2012”.

4.1.5 DESEMPENHO ATUAL X DESEMPENHO ORÇADO

Em 2024, o orçamento da Câmara dos Deputados foi de R\$ 8.040,44 milhões. Desses, R\$ 6.203,39 milhões foram destinados a “Pessoal e Encargos Sociais”, R\$ 1.597,72 milhões a “Outras Despesas Correntes” (custeio) e R\$ 239,33 milhões a “Investimentos” (despesas de capital), conforme Gráfico 8.

Observando a execução de cada Grupo de Natureza de Despesa (GND) frente à respectiva dotação autorizada, verifica-se que foram empenhados 88,5% da dotação relativa a “Pessoal e Encargos Sociais” (GND 1), 86,7% de “Outras Despesas Correntes” (GND 3) e 36,9% de “Investimentos” (GND 4).

Gráfico 8 – Dotação e empenho



4.2 GESTÃO DE PESSOAS



Conformidade legal

Leis

- n. 8.112/1990
- n. 12.777/2012

Resoluções CD

- n. 28/1998
- n. 1/2007
- n. 8/2023

Atos da Mesa

- n. 72/1997
- n. 76/2013

Portarias

- n. 70/1997
- n. 166/2007
- n. 53/2022

4.2.1 AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Devido ao seu papel institucional de representatividade, a Câmara dos Deputados possui uma força de trabalho bastante variada, composta por servidores efetivos, ocupantes de cargos de natureza especial, secretários parlamentares, estagiários universitários e terceirizados. A Figura 13 apresenta a quantidade de pessoas em cada um desses grupos em 31/12/2024, quando o total de servidores ativos na Casa era de 13.794. Os dados atualizados estão disponíveis na página [Recursos Humanos](#), na qual também é possível obter mais informações sobre servidores ativos e inativos, lotação e remuneração. No portal institucional podem ser acessadas, ainda, informações sobre a [distribuição](#) da força de trabalho por áreas, sobre o [Estágio Universitário](#) e sobre os postos de serviço [terceirizados](#).

Figura 13 – Panorama de pessoal

MEMBROS DO PODER E AGENTES POLÍTICOS



513 deputados federais em exercício



INATIVOS

3.317 servidores efetivos inativos

391 deputados aposentados

97 aposentados em 2024
(servidores inativos)



CARGOS VAGOS

811 cargos efetivos vagos ou 25,58%
do total (3.441)

FORÇA DE TRABALHO



13.794 servidores ativos

2.630 servidores ocupantes de cargo efetivo¹

85 servidores efetivos
com deficiência

1.745 cargos de natureza especial (CNEs)²

9.419 secretários parlamentares (SPs)³



ESTUDANTES

180 jovens e pré-adolescentes

163 estagiários universitários distribuídos
em áreas meio e fim

Notas

(1) Os cargos efetivos da carreira legislativa da Câmara dos Deputados são essenciais à atuação institucional do Poder Legislativo e devem prover as condições técnicas, operacionais e materiais para a atividade parlamentar e o processo legislativo. – [\[Resolução nº 8/2023\]](#).

(2) Destinam-se à prestação de serviços de assessoramento aos órgãos ligados à Mesa, às Lideranças e aos órgãos administrativos da Casa [\[Resolução CD nº 1/2007\]](#).

(3) Destinam-se à prestação de serviços de secretaria, assistência e assessoramento direto e exclusivo nos gabinetes dos deputados [\[Ato da Mesa nº 72/1997\]](#).

Os gráficos 9 a 13 apresentam outras informações sobre as características da força de trabalho da Câmara dos Deputados em 31/12/2024:

Gráfico 9 – Servidores efetivos por sexo e raça/cor

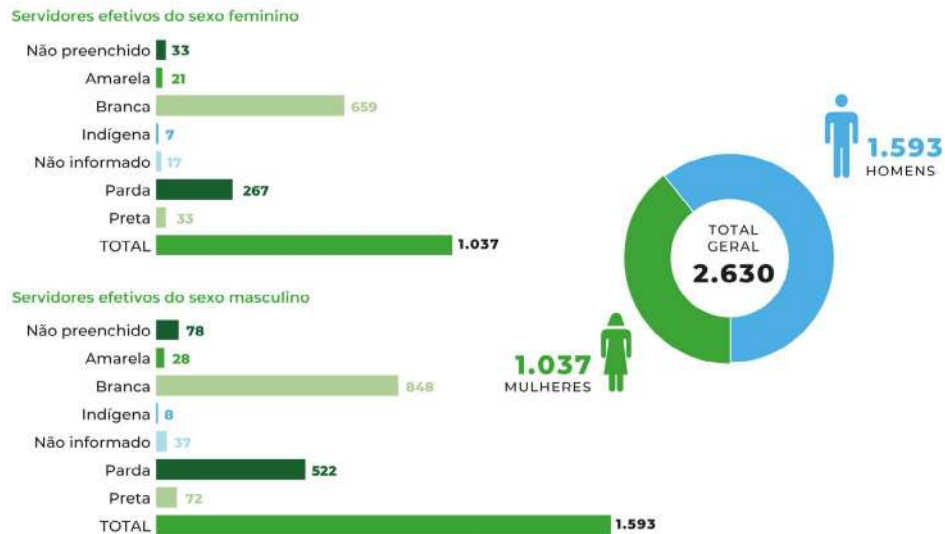


Gráfico 10 – Servidores efetivos por faixa etária

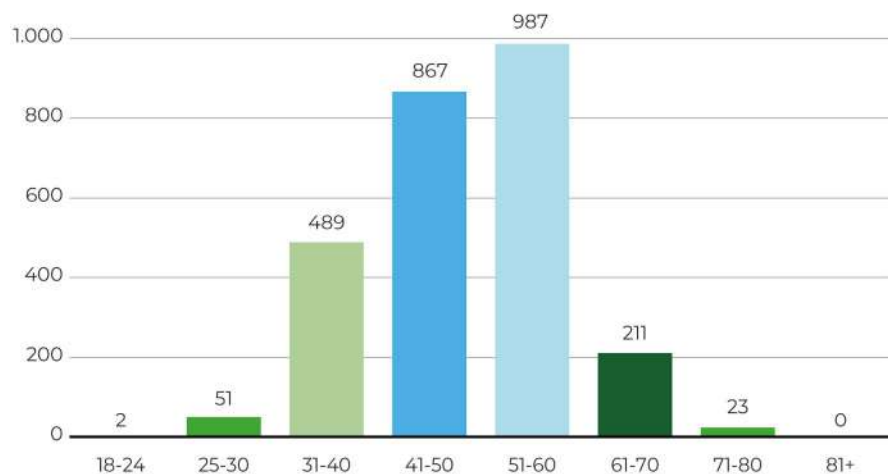


Gráfico 11 – Servidores comissionados por sexo e raça/cor

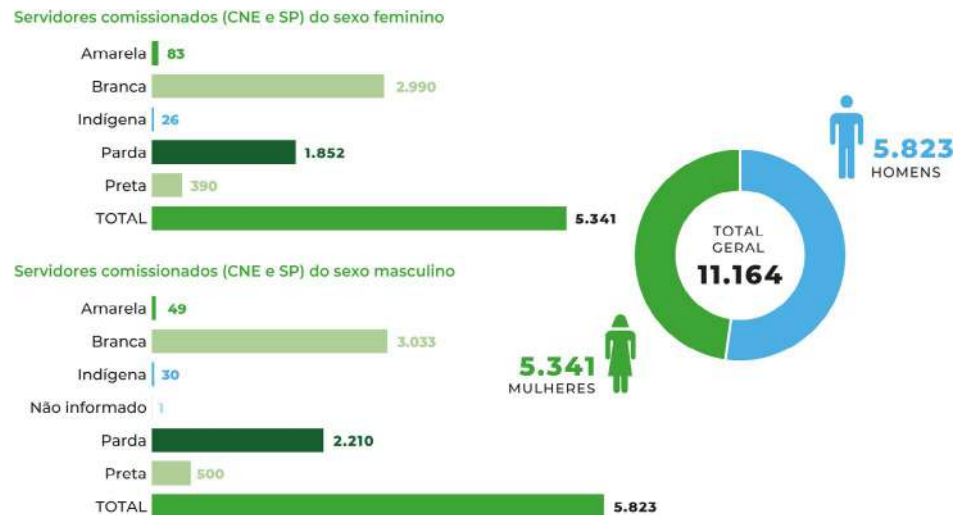


Gráfico 12 – Servidores comissionados por faixa etária

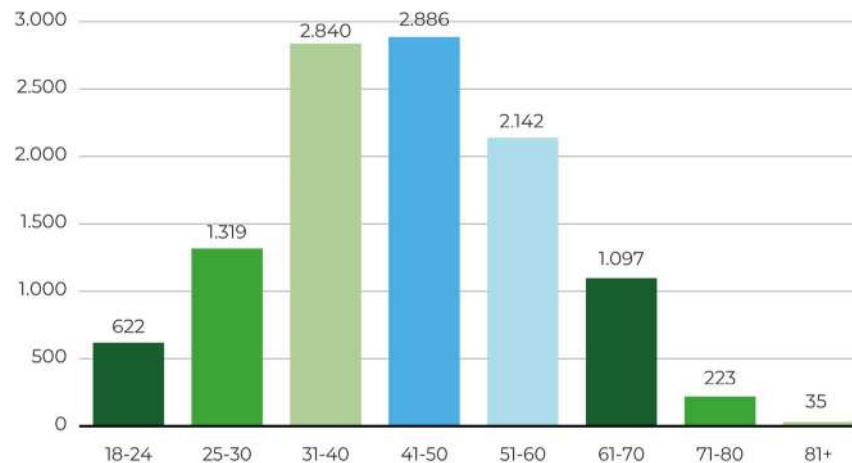
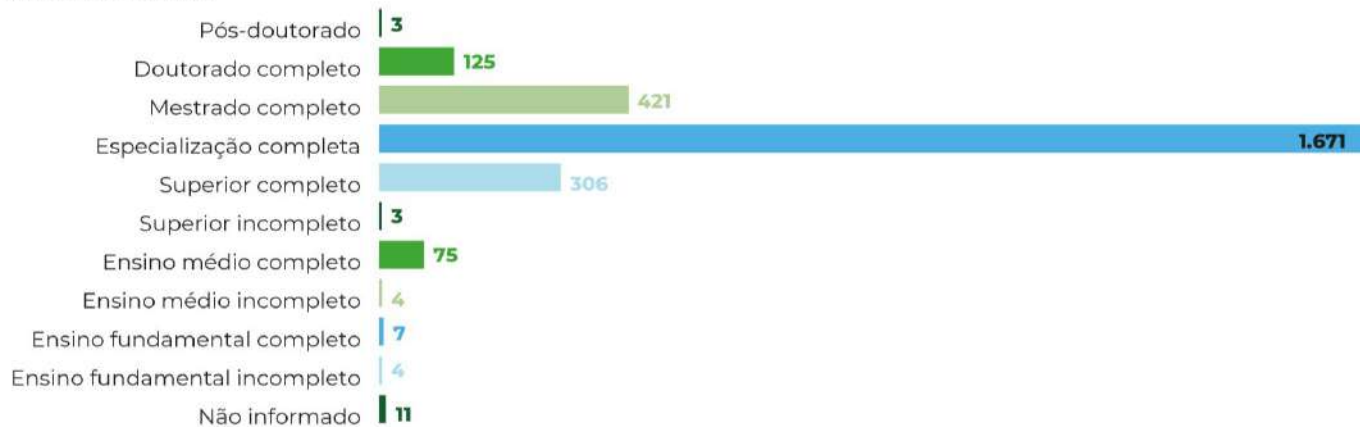
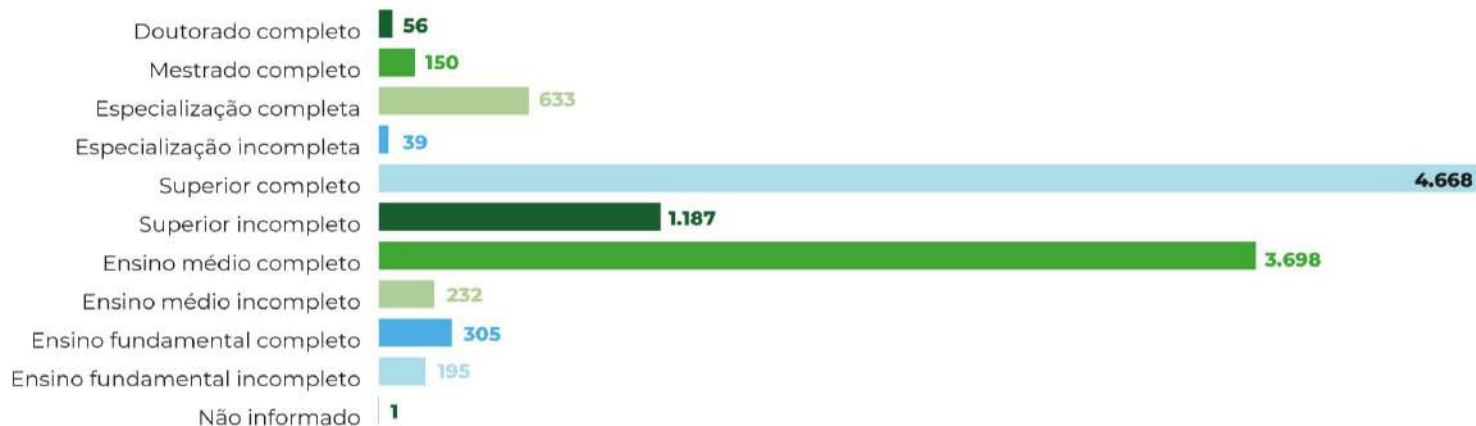


Gráfico 13 – Servidores por escolaridade

Servidores efetivos



Servidores comissionados (CNE e SP)



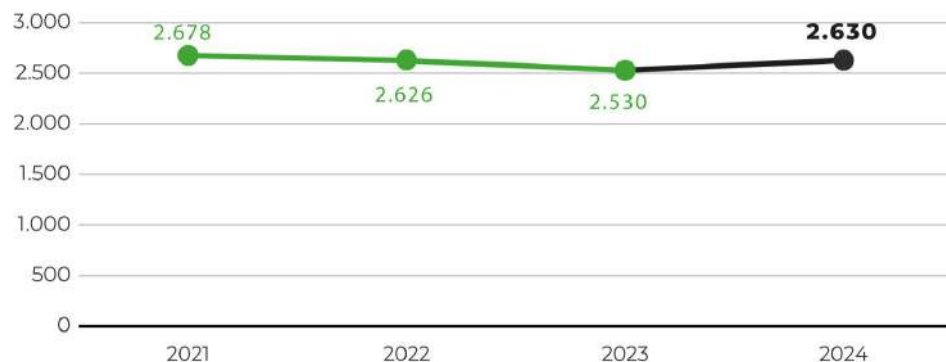
4.2.2 ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

A Câmara dos Deputados possui 604 servidores efetivos aptos a se aposentar nos próximos três anos e 811 cargos efetivos vagos.

Em 2024, 97 servidores efetivos se aposentaram. Por outro lado, houve a [nomeação de 254](#) novos servidores efetivos aprovados no [concurso público](#) de 2023, para os cargos de contador, tecnologia da informação, processo

legislativo e gestão, contratação e logística, assistente social, enfermeiro, farmacêutico, médico, consultor legislativo e consultor de orçamento e fiscalização financeira. Desse total de nomeados, 208 tomaram posse em 2024. Essa recomposição do quadro de pessoal reverteu a tendência de queda no número de servidores efetivos dos últimos anos, conforme se verifica no Gráfico 14:

Gráfico 14 – Evolução do quadro de pessoal



4.2.3 PRINCIPAIS AÇÕES VOLTADAS À GESTÃO DE PESSOAS

Em 2024, a Câmara dos Deputados deu continuidade à realização de ações na área de gestão de pessoas em diversas frentes: educação financeira, prevenção e controle do tabagismo, orientação em dependência química, adaptação funcional, preparação para aposentadoria, promoção da atividade física, apoio à lotação de pessoal, pesquisa de clima organizacional, formação, capacitação e desenvolvimento, cuidados com a saúde integral, segurança e qualidade de vida do trabalho, enfrentamento ao assédio e à discriminação, inclusão e responsabilidade social. A seguir, apresentam-se alguns destaques dessas ações no ano:

Pesquisa de Clima Organizacional

Foram executadas diversas iniciativas para a melhoria do clima organizacional, com base nos resultados da pesquisa realizada em 2022. A Administração teve por objetivo disseminar e reforçar boas práticas de gestão e promover os ajustes necessários, com o apoio de especialista externo contratado para orientar os gestores e apoiar na elaboração de planos específicos para cada área. O acompa-

nhamento foi realizado ao longo do ano, com três encontros do especialista com cada gestor e suas equipes.

Entre os meses de agosto e setembro de 2024, foi realizada nova pesquisa de clima organizacional, na qual já foi possível constatar o impacto positivo das medidas adotadas. Houve crescimento no índice de satisfação (ISDC) em relação à pesquisa anterior, que passou de 69 pontos em 2022 para 73 pontos em 2024. Essas ações evidenciam o compromisso da Casa em promover um ambiente organizacional saudável e produtivo.

Política de Combate ao Assédio e à Discriminação

Outra medida adotada para aprimorar o ambiente organizacional diz respeito à publicação da [Portaria n. 162/2024](#), que institui a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito administrativo da Câmara dos Deputados. O normativo apresenta os fundamentos, as diretrizes e as regras para implementação da política internamente. Além do compromisso da Administração para a manutenção de um canal permanente de acolhimento, escuta e orientação a servidores e colaboradores, a política prevê a pro-

moção de ações de prevenção, a veiculação periódica de ações de comunicação e o desenvolvimento de ações educacionais para prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e da discriminação. Em 2024, foram realizadas oficinas específicas sobre assédio, diversidade e inclusão.

Formação, capacitação e desenvolvimento

Em cumprimento à Política de Desenvolvimento de Pessoas, instituída pela [Portaria n. 130/2022](#), foi elaborado o Plano Anual de Desenvolvimento de Pessoas, que contém as estratégias de treinamento e desenvolvimento de capacidades, alinhadas aos objetivos organizacionais, de modo a assegurar o uso mais eficiente dos recursos destinados à educação e treinamento.

Quanto à formação e à capacitação, em 2024 foram realizadas 143 ações educacionais para o público interno em atuação legislativa e parlamento, gestão estratégica, aquisições e contratos, orçamento e finanças, análise de dados, entre outros. Para os novos servidores empossados, foi disponibilizado um programa de capacitação específico, com o enfoque em temas relevantes para a ambientação à Câmara e para a realização das principais atribuições de cada cargo.

O [programa de pós-graduação da Câmara dos Deputados](#) é o primeiro no Brasil com foco exclusivo no Poder Legislativo. A produção acadêmica do programa pode ser acessada na [página da Pós-Graduação](#) e na revista eletrônica [E-Legis](#).

O mestrado profissional em Poder Legislativo, que possui conceito 5 na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) formou 164 mestres em 2024. O programa mantém forte atuação em pesquisa, com 10 grupos de pesquisa e extensão nas seguintes linhas: 1) gestão pública legislativa; 2) processos políticos do Poder Legislativo e 3) política institucional do Poder Legislativo.

Destaca-se, por fim, o canal [Escola da Câmara no Youtube](#), que teve 28.000 inscritos e 557.600 visualizações em 2024.

Programa de Resultados

O Programa de Resultados, instituído pelo art. 8º-A do [Ato da Mesa n. 207/2021](#) e regulamentado pela [Portaria do Diretor-Geral n. 53/2022](#), que consiste em um instrumento de gestão do desempenho das unidades administrativas e da produtividade dos servidores, demonstra o compromisso da instituição em cultivar uma cultura orientada para resultados.

Em 2024, alcançou a participação de 17% dos servidores efetivos, ou seja, cerca de 446 integrantes de 9 subunidades administrativas.

Responsabilidade Social

O Programa de Apoio ao Trabalho do Adolescente (Pró-Adolescente) foi retomado em 11/3/2024 e foram disponibilizadas e ocupadas 180 vagas. Trata-se de ação de responsabilidade social, prevista na [Lei n. 10.097/2000](#), que visa à inclusão de jovens por meio da aprendizagem profissional. O programa é viabilizado por meio de contrato celebrado com a Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração (Renapsi), entidade qualificadora de aprendizes.

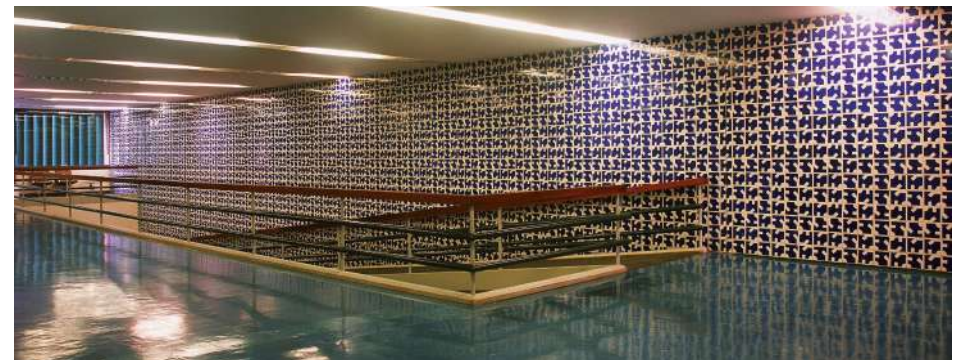
4.2.4 SAÚDE

A Câmara dos Deputados manteve o propósito de fortalecer ações de promoção da saúde em 2024. A posse dos

novos analistas legislativos médicos, enfermeiros, assistentes sociais e farmacêuticos viabilizou a ampliação da assistência à saúde, em especial em situações de emergências, e permitiu a constituição de núcleos de auditoria e perícia próprios.

Além das campanhas e outras ações preventivas já consolidadas para melhoria da saúde física, a instituição tem buscado aprimorar os fatores relacionados ao ambiente de trabalho e outras questões que possam afetar a saúde mental, de modo a focar na saúde integral das pessoas e na construção de um ambiente saudável, inclusivo e respeitoso.

Em relação à saúde suplementar, foi dada continuidade à ampliação e ao fortalecimento da rede credenciada própria na área de assistência médica e hospitalar, não somente no Distrito Federal, mas também em outras capitais.




4.3 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS




Conformidade legal

Lei

 n. 14.133/2021

Atos da Mesa

 n. 80/2001

 n. 206/2021

4.3.1 PANORAMA DAS CONTRATAÇÕES REALIZADAS EM 2024

A Tabela 2 apresenta os bens adquiridos e os serviços realizados em 2024. Relacionam-se a quantidade de procedimentos e os respectivos valores, de acordo com as modalidades de licitação ou contratação direta realizadas:

Tabela 2 – Panorama de aquisições 2024

Modalidade	Quantidade	Valor (R\$)
Pregão	87	184.902.189,04
Dispensa de licitação, por valor	75	958.579,77
Inexigibilidade de licitação	116	15.216.264,51
Outros	30	2.251.001,75

As licitações e as contratações diretas, além dos respectivos contratos e atas de registro de preços decorrentes, estão disponíveis para consulta no [portal da Câmara dos Deputados](#).

4.3.2 CONTRATOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

O portal da Câmara dos Deputados disponibiliza à sociedade uma área especial sobre os [contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra](#). Na página, são listados os funcionários vinculados aos contratos vigentes. Também é possível acessar informações e documentos referentes aos contratos vigentes e finalizados.



4.4 GESTÃO DO PATRIMÔNIO



Conformidade legal

Ato da Mesa

n. 63/1997

4.4.1 IMÓVEIS DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Há 465 imóveis da União sob a responsabilidade da Casa. A Tabela 3 apresenta um detalhamento desses imóveis:

Tabela 3 – Imóveis da União sob a responsabilidade da CD

Classe	Tipo	Quantidade	Local	Valor (R\$ mil)
Imóveis da União para uso administrativo	Edifícios administrativos	6	Brasília	636.776
	Salas comerciais	7		1.110
	Estacionamentos	2		91.821
	Casa (Residência Oficial)	1		8.931
Imóveis funcionais da União para uso por parlamentares	Apartamentos	447		856.945
Imóveis da União em uso pela Câmara registrados na unidade gestora SPU-DF	Apartamentos	2		1.942
Total de imóveis		465	Total	1.597.525

4.4.2 DESFAZIMENTO DE BENS

O desfazimento de bens da Câmara dos Deputados ocorre por meio de doação, de leilão e do [Sistema de Doações do Governo Federal](#). Em 2024, foram leiloados 10.152 bens móveis considerados inservíveis, o que resultou em uma arrecadação líquida de R\$ 906.581,66 para a Casa, conforme Tabela 4:

Tabela 4 – Desfazimento de bens

Número do certame	Quantidade de bens leiloados	Valor líquido arrecadado (R\$)
003/2023	2.786	86.655,00
001/2024	7.366	819.916,66
TOTAL	10.152	906.581,66



□ 4.5 GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E EDIFICAÇÕES



Conformidade legal

Atos da Mesa

- [n. 61/2005](#)
- [n. 140/2014](#)
- [n. 154/2021](#)

Portarias

- [n. 69/2007](#)
- [n. 53/2018](#)

Resolução CD

- [n. 18/1971](#)

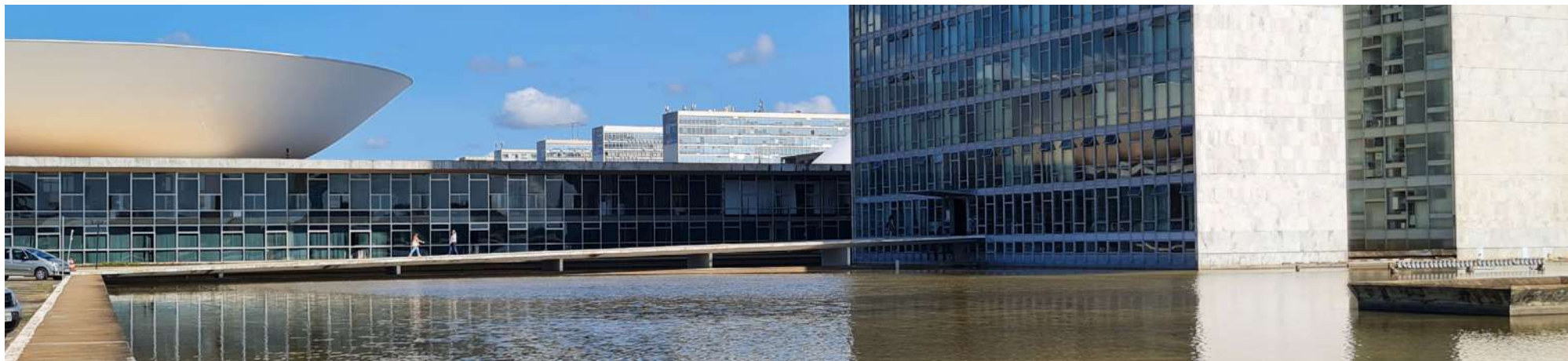
4.5.1 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

O Palácio do Congresso Nacional, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e tombado como patrimônio cultural do Brasil desde 2007, adaptou-se às demandas supervenientes. Com base nas diretrizes do Ato da Mesa n. 154/2021, de preservação do complexo arquitetônico e urbanístico, que objetivam recuperar a clareza da circulação e a setorização de áreas vocacionais legislativas, as intervenções no Edifício Anexo III, iniciadas em 2020, continuaram em 2024. As intervenções buscam adequar as instalações e os espaços quanto aos aspectos de acessibilidade, de segurança contra incêndio e de qualidade do ar, da acústica e do mobiliário. Nesse sentido, as adaptações necessárias são executadas continuamente.

4.5.2 SEGURANÇA DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Algumas edificações do complexo arquitetônico e urbanístico da Câmara dos Deputados são contemporâneas à inauguração de Brasília e tombadas com os reconhecidos valores histórico e artístico. Portanto, as medidas necessárias para a adequação de suas instalações devem ser projetadas de modo a garantir a segurança do público em geral e alinhadas, tanto quanto possível, à preservação do patrimônio. Em 2024, em continuidade ao plano de adequação das instalações prediais às normas contra incêndio, a instalação do novo sistema de detecção, alarme e combate a incêndio foi finalizada nos edifícios Anexo II e Anexo III. Foram iniciadas, ainda, as obras de pressurização da escada do edifício Anexo I e de adequação do espelho d'água para comportar a reserva técnica de incêndio (RIT), com conclusão prevista para 2025. Adicionalmente, o novo sistema de detecção automática e de alarme de incêndio do Anexo IV está em execução, também com previsão de conclusão para 2025.





4.5.3 CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO

A cessão de espaço físico a terceiros em imóvel da União sob responsabilidade da Câmara dos Deputados é regulada pelo [Ato da Mesa n. 61/2005](#), e, quando é onerosa, segue metodologia de cobrança regulamentada pela [Portaria da Primeira-Secretaria n. 69/2007](#). [A relação dos espaços cedidos e de seus usuários](#) está disponível no portal da transparência da Casa. Os valores arrecadados decorrentes dessa cessão constituem receitas do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados, conforme dispõe o inciso XV do art. 2º da [Resolução da Câmara dos Deputados n. 18/1971](#).

4.5.4 INSTALAÇÃO DE USINA FOTOVOLTAICA

Em continuidade ao projeto iniciado em 2021, quando foi instalada a pri-

meira usina fotovoltaica da Câmara dos Deputados, iniciou-se, em 2023, o funcionamento da usina de 255kWp, situada no complexo avançado. Em 2024, a usina de 500kWp, que fica na garagem coberta do Anexo IV, já com sua instalação concluída, entrou em funcionamento. O objetivo desse investimento é a diminuição do montante de energia elétrica demandada do sistema elétrico e, portanto, a redução das despesas com esse consumo. Além do benefício energético-econômico, há o aspecto de sustentabilidade dessa fonte alternativa, uma vez que a energia solar é renovável, tem disponibilidade infinita e não emite poluição ou gases de efeito estufa. Essa iniciativa vai ao encontro do disposto na [Portaria da Diretoria-Geral n. 53/2018](#), que instituiu o Plano de Logística Sustentável (PLS) da Câmara.

4.5.5 REFORMA DOS APARTAMENTOS FUNCIONAIS DOS BLOCOS K E L DA SQN 202

A Câmara dos Deputados enfrenta, há décadas, desafios relacionados ao estado de conservação dos 18 prédios funcionais sob sua administração e à insuficiência de unidades habitacionais para atender à demanda dos deputados federais. Esses imóveis, construídos há mais de 40 anos, nunca passaram por reformas significativas, resultando em deterioração progressiva e elevados custos de manutenção. Entre eles, os blocos K e L da SQN 202 encontravam-se desocupados e em avançado estado de degradação. Como parte de um projeto abrangente de reforma dos 432 apartamentos funcionais, a Casa, que já revitalizou 216 unidades em nove blocos na SQN 302,

agora avançará na modernização dos dois blocos da SQN 202.

A reforma dos blocos K e L, contratada por cerca de R\$ 100 milhões, prevê a entrega de 96 apartamentos reformados – 48 por bloco – a partir da divisão das 48 unidades originais em duas autônomas por apartamento. Essa duplicação aumentará o total de apartamentos funcionais, oferecendo moradias adequadas e modernizadas aos parlamentares. A medida reduzirá gastos com manutenção e auxílio-moradia, além de representar uma valorização patrimonial. As obras tiveram início em setembro de 2024 e têm previsão de duração de 14 meses. Elas marcam um importante passo na solução do déficit habitacional dos deputados federais e na preservação do patrimônio da Câmara dos Deputados.

4.5.6 TRANSPORTE

Conforme o Ato da Mesa n. 63/2005, os veículos são classificados conforme as seguintes categorias:

- representação: presidente da Câmara dos Deputados e escolta;
- natureza especial: membros da Mesa Diretora, Procuradoria Parlamentar, Ouvidoria-Geral, Procuradoria Especial da Mulher, Conselho de Ética, Corregedoria Parlamentar, Centro de Estudos e Debates Estratégicos, Diretoria-Geral, Secretaria-Geral da Mesa;

- serviço: apoio às unidades administrativas da Casa.

Em observância às normas relativas à acessibilidade nos veículos de transporte coletivo, determinada pela [Lei n. 10.098/2000](#), pelo [Decreto n. 5.296/2004](#) e por normas correlatas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a Câmara dos Deputados dispõe de cinco ônibus e um micro-ônibus, todos com sistema de acesso para pessoas com deficiência, que atendem à Casa conforme suas demandas.

Figura 14 – Frota de veículos

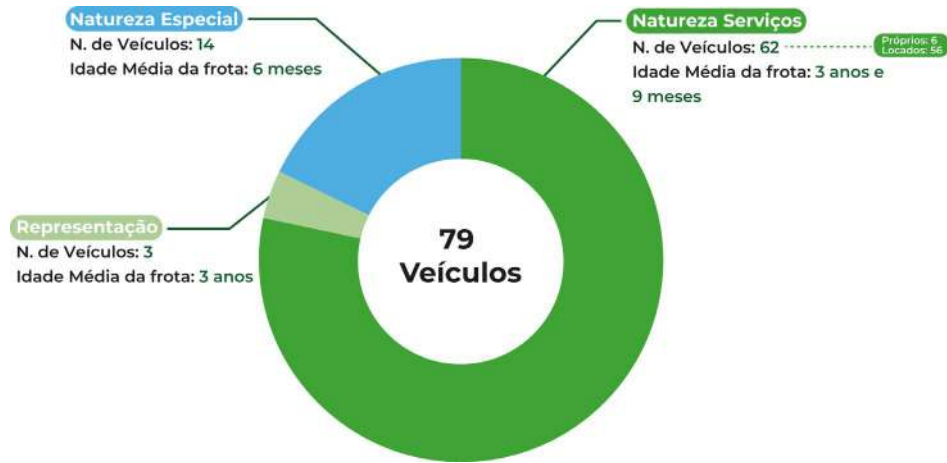


Figura 15 – Veículos acessíveis

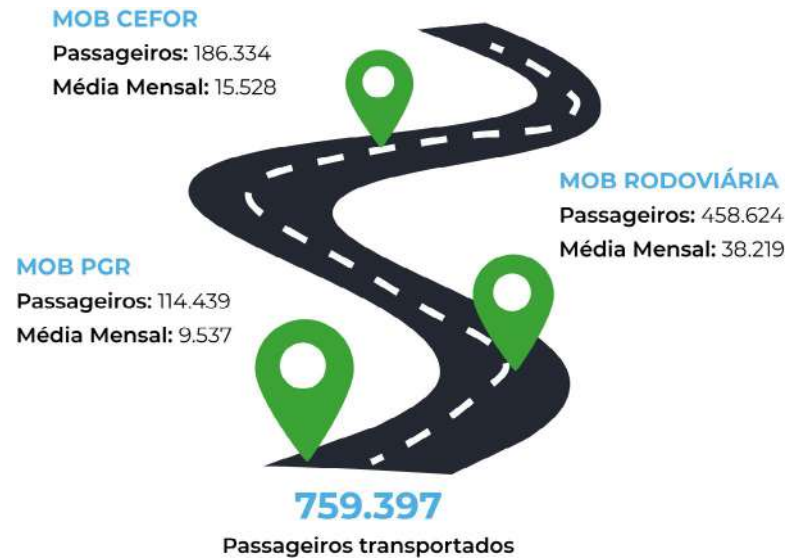


Além disso, a Câmara dos Deputados mantém o programa de mobilidade sustentável (MOB), com o propósito de diminuir o impacto do trânsito nas

imediações da Esplanada dos Ministérios. A partir de estacionamentos remotos, veículos autorizados transportam servidores e colaboradores até o Palácio do Congresso Nacional e anexos. O número de passageiros transportados em 2024 aumentou 6,5% em relação a 2023.

O Táxi Leg continua sendo utilizado pela Câmara dos Deputados como serviço de agenciamento de transportes por meio de aplicativo, ou via web. Em 2024, a média mensal foi de 469 utilizações.

Figura 16 – Mobilidade Sustentável (MOB)







4.6 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO




Conformidade legal

Atos da Mesa

-  n. 47/2012
-  n. 215/2017

Ato do Presidente do CGE

-  n. 7/2021

Portarias

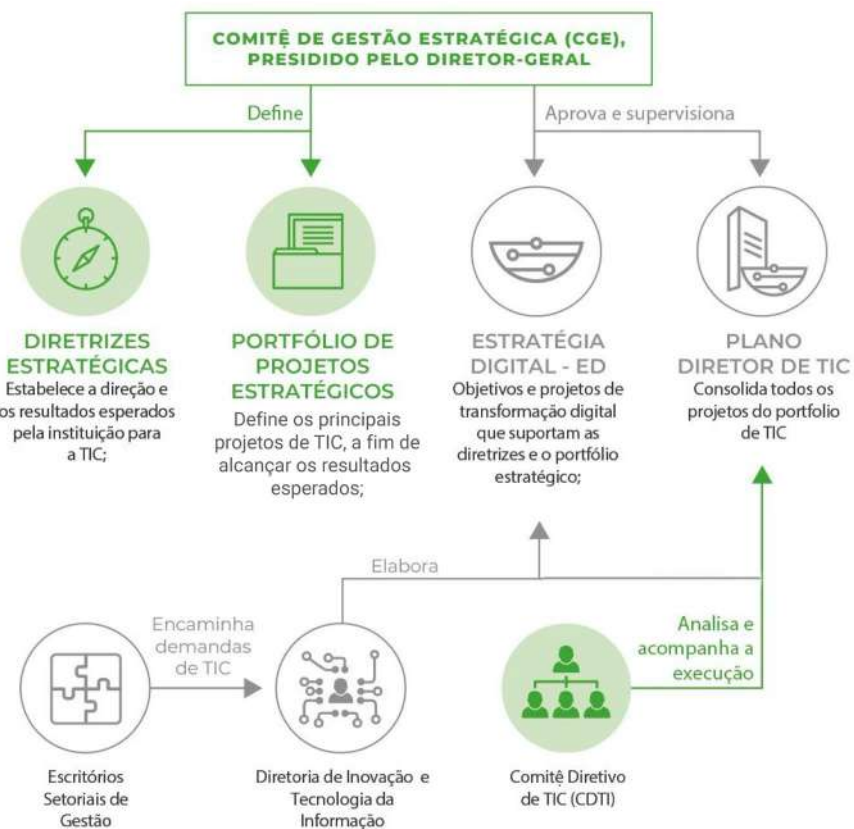
-  n. 88/2019
-  n. 214/2020
-  n. 261/2020
-  n. 268/2021
-  n. 7/2024

A gestão de tecnologia da informação e comunicação (TIC) provê os serviços digitais da Câmara dos Deputados e envolve as ações voltadas à inovação digital, à sua governança e ao seu planejamento, à infraestrutura, ao atendimento aos usuários, aos projetos e ao desenvolvimento de soluções digitais.

4.6.1 MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC

A governança de TIC corresponde a um conjunto de estrutura, processos e instrumentos ([Ato do Presidente do CGE n. 7/2021](#)) que visa estabelecer a estratégia de TIC para o alcance dos resultados estratégicos definidos pelo CGE, conforme Figura 17.

Figura 17 – Governança de TIC



4.6.2 ESTRATÉGIA DIGITAL 2021-2024

A [Estratégia Digital 2021-2024](#) foi instituída pela [Portaria n. 268/2021](#) como um instrumento de governança com foco na transformação digital da Câmara dos Deputados, alinhada à [estratégia](#) institucional e em conformidade com a [Lei n. 14.129/2021](#), conhecida como Lei de Governo Digital (d-Gov).

Em 2024, o ciclo foi encerrado e a pretendida transformação digital alcançou os objetivos a que se propôs ao longo do período. Entre os benefícios,

ressalta-se a mitigação dos riscos de descontinuidade de negócio, com a criação de novas soluções digitais, e o impulso à transformação digital do processo legislativo.

Os resultados foram alavancados pela utilização de metodologia ágil de gestão de projetos, com foco na experiência do usuário, o que possibilitou ainda maior colaboração, inovação, entrega contínua de valor, transparência, gestão de riscos associados às entregas e acompanhamento dos projetos por representantes das áreas envolvidas.

4.6.3 PRINCIPAIS NÚMEROS

A Câmara dos Deputados possui serviços públicos digitais de [transparência](#), [atendimento ao cidadão](#), [participação do cidadão](#), [acesso à informação](#) e outros listados na [carta de serviços ao cidadão](#).

Figura 18 – Principais números TIC



Mais de **7,7 milhões** de **usuários cadastrados** para *login* nos serviços digitais preferencialmente via Gov.br



Mais de **1 bilhão** de acessos aos **dados abertos**



Mais de **119,7 milhões** de acessos aos **serviços digitais públicos**



Mais de **19,8 gigabytes** de **dados abertos** disponíveis

O investimento e o custeio em TIC visa à modernização da infraestrutura tecnológica, à terceirização na construção de soluções digitais, à atualização e integração de soluções digitais e à continuidade dos serviços prestados.

Figura 19 – Recursos aplicados em TIC

Investimentos



DESPESAS EXECUTADAS

R\$ 7.497.161,42

Principais Investimentos em 2024

Solução de armazenamento de dados; computadores servidores; equipamentos para a rede sem fio; *tablets* e teclados para *tablets*; ferramenta de monitoramento.

Custeio



DESPESAS EXECUTADAS

R\$ 93.655.597,61

Principais serviços em 2024 (custeio)

Serviços técnicos especializados de pesquisa e aconselhamento imparcial; suporte técnico *Microsoft Unified*; suporte técnico e atualização de banco de dados Oracle; *outsourcing* de impressão; aquisição de fitas regraváveis e fitas de limpeza para segurança; ferramentas e acessórios para a manutenção de cabeamento de rede e operação de data center; adaptador *Bluetooth*; emissão de certificado digital do tipo A3, padrão ICP-Brasil, e-CPF, com *Token* criptográfico; subscrição de suporte técnico para virtualização Oracle.



4.6.4 PRINCIPAIS PRODUTOS DE TIC ENTREGUES EM 2024

Os principais produtos de tecnologia da informação e comunicação concluídos em 2024 incluem as soluções digitais do portfólio estratégico 2023-2024, citado no item 4.2, bem como outros projetos setoriais e estruturantes de grande valor para a Casa. A seguir, apresentam-se alguns desses projetos e ações.

Fluência digital em dados

- Implantação de cultura fundamentada em dados, com foco em governança e qualidade de dados, ética e proteção de dados, além de análise de dados e uso do Power BI (painéis analíticos).

LogIn Cidadão 3.0

- Migração do acesso dos cidadãos aos serviços do portal da Câmara para a plataforma gov.br, o que proporciona mais comodidade e segurança para os cidadãos, além de atender à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Ulysses 4: algoritmo para agrupamento semântico de emendas

- Algoritmo de inteligência artificial, integrante da plataforma Ulysses, construído para auxiliar na análise

de emendas de orçamento ao longo do processo orçamentário, com garantia de acurácia e agilidade nas análises.

Ulysses 6: análise de argumentações sobre temas

- Algoritmo de pesquisa para análise geral de argumentações e opiniões dos cidadãos sobre proposições legislativas ou temas de interesse da sociedade, com reconhecimento, agrupamento e sumarização dos principais argumentos às propostas legislativas ou aos temas manifestados nas enquetes.

Conscientização, orientação e treinamento em segurança digital

- Implantação do Programa de Conscientização em Segurança Digital na Câmara dos Deputados, com ações alinhadas com as recomendações do padrão de cibersegurança CIS Controls.

Política e normas relacionadas à segurança digital

- Atualização de normas e da Política de Segurança da Informação e Cibernética, com atendimento às recomendações do padrão de cibersegurança CIS Controls.

Política para desenvolvimento e uso ético da Inteligência Artificial (IA)

- Modelagem de processo de gestão de riscos específico para projetos de sistemas de IA e elaboração de política abrangente para o desenvolvimento e uso ético da IA na Câmara dos Deputados, quando do uso, do desenvolvimento e da contratação de sistemas e plataformas de IA.

Observatório Nacional da Mulher na Política (ONMP)

- Atualização da página do [ONMP](#), que reúne painéis interativos e publicações sobre a participação feminina na política, com disponibilização de painel de atividade legislativa (ocupação), módulo sobre ocupação de espaços de poder, painel de eleições por recorte de gênero e cor/raça.

Presidência digital

- Sistema único, integrado às bases de dados oficiais da Câmara dos Deputados, com automatização de tarefas e simplificação de processos internos, com painéis gerenciais, alertas e notificações que facilitam a rotina de trabalho.

Atualização do Módulo de Tratamento de Discursos (MTD)

- Melhoria do cadastro, do processamento, da busca e da gestão de discursos e reuniões da Câmara dos Deputados, com integração de dados e automatização de processos; entrega de indicadores de distribuição de trabalho, de interface de programação de aplicativos, de página para pesquisa parametrizada de discursos e migração de dados para um banco atualizado.

Sistema de eventos 2.0

- Versão otimizada do sistema para gestão de eventos na Câmara dos Deputados, com a automação de todo o processo de organização de eventos internos e externos em espaços administrados pela Câmara dos Deputados.

Sistema de Rede Legislativa de Rádio e TV

- Sistema de Gestão da Rede Legislativa de Rádio e TV para controlar todo o processo de solicitação, autorização, fiscalização, documentação e relacionamento da Câmara dos Deputados com os parceiros da Rede Legislativa de Rádio e TV.

Acompanhamento de demandas de tecnologia da informação

- Plataforma digital para acompanhamento de demandas de tecnologia da informação, com painel em Power BI que reúne as informações produzidas na plataforma.

Aperfeiçoamento da cobertura e da capacidade da rede wi-fi corporativa dos gabinetes parlamentares

- Implantação de *Access Points* e confecção de mapas de qualidade de sinal (RSSI e SNR).

Atualização da rede de dados com a implantação de nova rede cabeada

- Aquisição de ativos e insumos de rede tais como *switches* de rede campus e *datacenter*, *transceivers*, cabos e cordões óticos; atualização de mapeamento de rede, planilhas de patrimônio e rotinas de *backups*.

Sistema de Terceirizados da Câmara (STC 2.0)

Nova plataforma do sistema de gestão de terceirizados da Casa.

Atualização do parque de computadores servidores do datacenter

- Adequação do parque computacional dos centros de processamento de dados norte e sul da Câmara dos Deputados, com garantia de funcionamento dos fornecedores.

Guia para uso da inteligência artificial (IA) em parlamentos

- Em parceria com a União Interparlamentar, foi elaborado um guia que reúne orientações para a elaboração de estratégia, modelo de governança e política para uso ético da IA. Foi um trabalho colaborativo que envolveu vários parlamentos do *hub* de ciência de dados parlamentares, presidido pela Câmara dos Deputados.








5

**ACESSIBILIDADE E
SUSTENTABILIDADE**


□ 5.1 ACESSIBILIDADE NA CÂMARA

✓ Conformidade legal


Leis

-  n. 10.048/2000
-  n. 10.098/2000
-  n. 13.146/2015

Decreto

-  n. 186/2008

Resolução CD

-  n. 19/2016

Atos da Mesa

-  n. 4/2011
-  n. 76/2013
-  n. 151/2014
-  n. 149/2017

A Câmara dos Deputados desenvolve ações de acessibilidade e de inclusão desde 2004, em parceria com as diversas unidades administrativas da Casa. Essas ações podem ser consultadas na [página da acessibilidade](#) no portal da Câmara dos Deputados.



5.1.1 AÇÕES DE ACESSIBILIDADE REALIZADAS EM 2024

Figura 20 – Ações de acessibilidade 2024



ACESSIBILIDADE FÍSICA

- Disponibilização de sala de alongamento para colaboradores com deficiência física e/ou mobilidade reduzida.
- Adequação de acessibilidade nos espaços de atuação de servidor com deficiência física recém-empossado, acrescida de reuniões de sensibilização com as equipes das unidades de lotação.



ACESSIBILIDADE NA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

- Reinauguração da Maquete Tátil do Congresso Nacional, parcialmente destruída na invasão do dia 8 de janeiro de 2023.
- Lançamento do projeto Obras de Arte e Espaço com Acessibilidade de Comunicação (sinalização acessível das obras de arte e espaços nobres em letras ampliadas, braile e vídeos em linguagem simples nos formatos áudio, legenda e

8.784 horas com legendas ocultas de transmissões pela TV Câmara e pelo YouTube.

2.627 horas de transmissão com janela de Libras em sessões plenárias, reuniões de comissões e outros eventos legislativos.

1.324 horas de programação da TV Câmara com audiodescrição.



ACESSIBILIDADE NA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

900 interfaces idealizadas e desenvolvidas com requisitos de acessibilidade.

- Aquisição do Orcam MyEye, dispositivo acoplado a óculos que atua como um escâner ativado por voz, oferecendo aos usuários cegos uma descrição do que ele não vê.



SENSIBILIZAÇÃO E INTERAÇÃO EXTERNA

20 jovens universitários com deficiência estagiaram em diferentes setores da Casa.

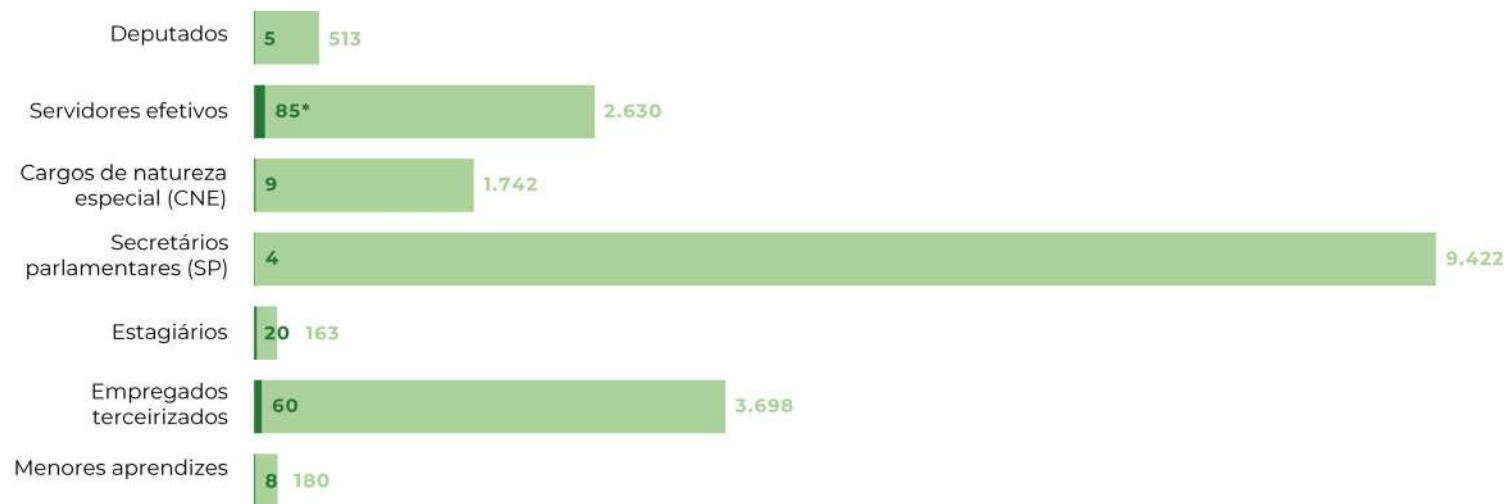
09 servidores capacitados em Libras básico.

54 desenvolvedores de TI capacitados em acessibilidade digital.

5.1.2 SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

As ações realizadas pela Câmara dos Deputados no contexto de acessibilidade destinam-se ao público externo e às pessoas que trabalham na Casa, identificadas e representadas no Gráfico 15.

Gráfico 15 – Total de pessoas com deficiência na CD



■ Quantitativo reportado de pessoas com deficiência ■ Categorias funcionais da Câmara dos Deputados

*Desses 85 servidores, 66 ingressaram na Câmara dos Deputados em vagas reservadas às pessoas com deficiência.

Posição em 31/12/2024



□ 5.2 SUSTENTABILIDADE NA CÂMARA

✓ Conformidade legal

Atos da mesa

- 🔗 n. 4/2011
- 🔗 n. 34/2015
- 🔗 n. 79/2019
- 🔗 n. 103/2023

Portarias

- 🔗 n. 336/2010
- 🔗 n. 227/2014
- 🔗 n. 251/2016
- 🔗 n. 53/2018
- 🔗 n. 1/2019
- 🔗 n. 164/2022

Agenda 2030 da ONU

- 🔗 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

As ações de sustentabilidade da Câmara dos Deputados são adotadas de forma sistemática a partir do planejamento consolidado no Plano de Logística Sustentável (PLS). Em sua quarta edição, o [PLS 2024-2026](#) está mais voltado ao monitoramento das práticas sustentáveis já adotadas e à manutenção de algumas conquistas. Os números apresentados para 2024, especialmente quando comparados aos de 2019, último ano de funcionamento normal da Casa antes da pandemia, ainda mostram uma significativa redução de consumo, conforme dados apresentados na Tabela 5.



Tabela 5 – Painel de sustentabilidade

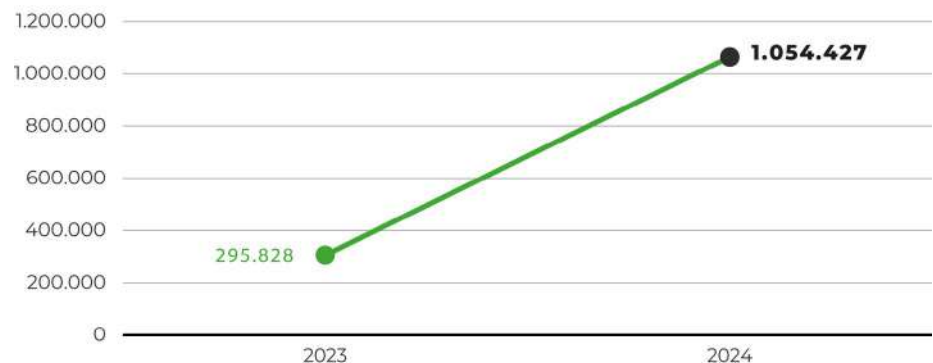
Quantidades no período	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Varição no consumo (2024 x 2019)	Varição no consumo (2024 x 2023)
Papel A4 (resmas)	26.056	5.743	8.184	11.409	12.497	12.018	- 53,9%	- 3,83%
Impressões (páginas)	22.022.233	6.281.275	6.678.276	9.936.324	11.577.315	9.706.177	- 55,92%	- 16,16%
Garrafas água mineral (un)	542.100	139.716	235.044	268.020	319.596	334.044	- 38,38%	4,52%
Copos descartáveis (un)	6.932.200	2.242.900	3.581.300	4.307.400	5.514.400	5.508.600	- 20,54%	- 0,11%
Combustível (Lt)	199.810	92.598	132.804	163.133	185.689	170.502	- 14,66%	- 8,18%
Resíduos de Aterro (Kg)	510.516	234.110	262.171	485.536	529.224	560.171	9,72%	5,85%
Água tratada (m3)	137.277	68.986	81.985	110.393	108.021	136.254	-0,75%	26,13%
Energia elétrica (kwh) Consumo	19.830.171	15.496.156	15.140.487	16.849.675	17.800.227	18.584.525	-6,28%	4,41%
Energia elétrica (kwh) Geração	-	-	-	-	295.828	1.054.427	-	256%

O aumento de consumo da água tratada, de 2023 para 2024, deveu-se principalmente à substituição do hidrômetro do Anexo IV, que vinha, desde o período de pandemia, medindo o consumo abaixo do valor real. Com a troca do equipamento, os dados passaram a refletir de forma mais precisa o consumo real, restabelecendo níveis compatíveis com os períodos pré-pandemia.

A geração interna de energia elétrica,

citada anteriormente no item 5.5.4, também merece relevo. Em apenas um ano, as 3 usinas fotovoltaicas em funcionamento aumentaram sua produção em quase 180%. Juntas, essas usinas permitiram a redução de 1.054.427 kWh no consumo de energia elétrica da Câmara dos Deputados proveniente da concessionária, o que corresponde a uma economia de R\$ 759.307,32, conforme Gráfico 16.

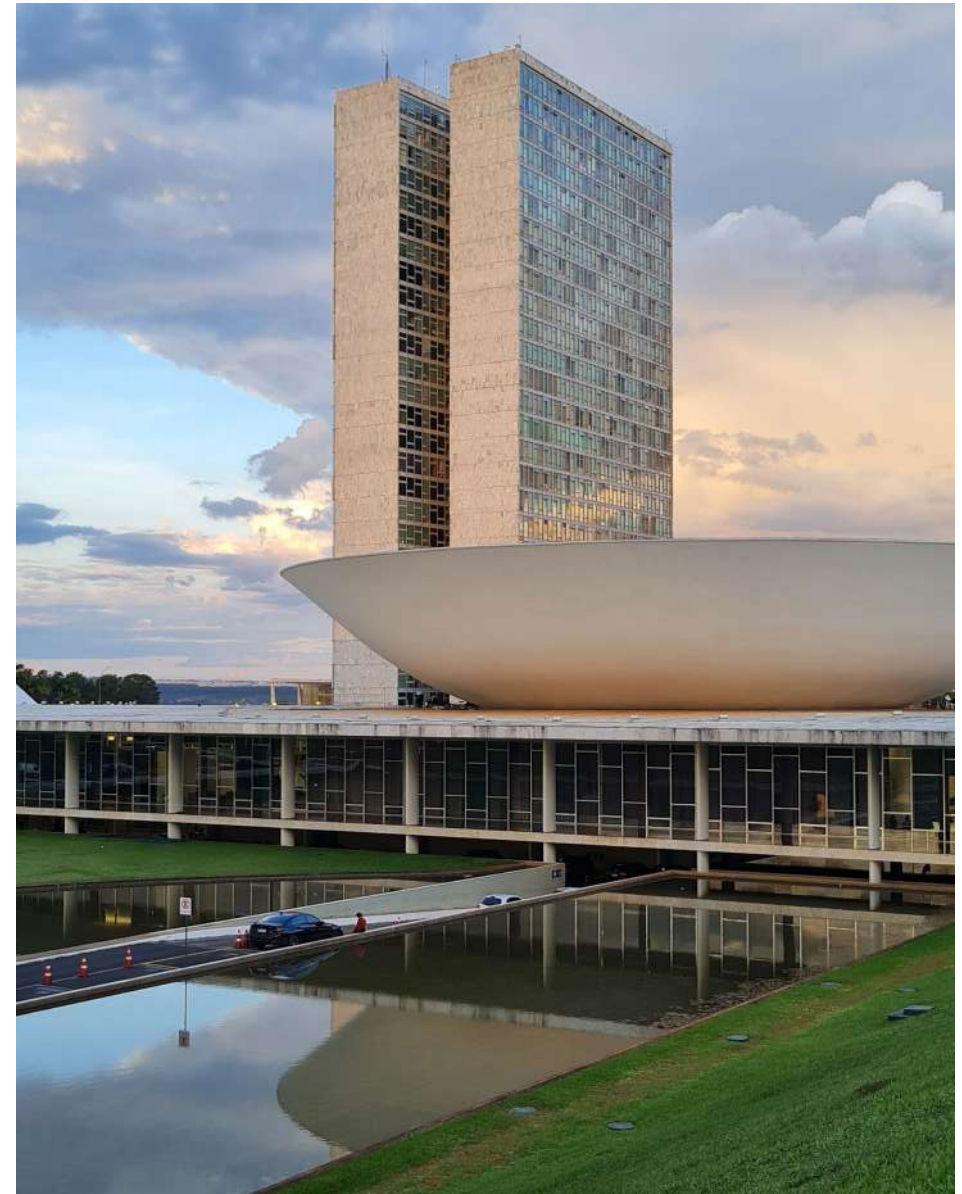
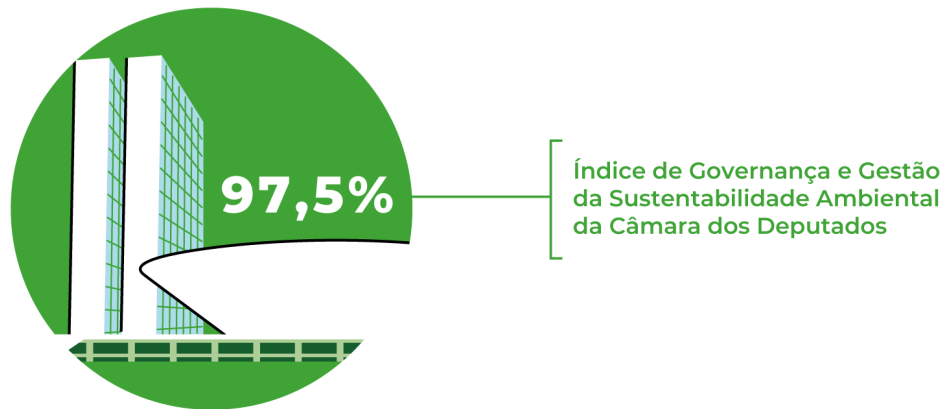
Gráfico 16 – Geração de energia elétrica



No gerenciamento de resíduos, a Câmara dos Deputados emvidou esforços na conscientização dos servidores e colaboradores sobre o aprimoramento da segregação dos resíduos gerados de forma individual ou coletiva. Essas ações são mantidas de forma periódica em prol do descarte adequado e do encaminhamento de resíduos passíveis de reaproveitamento e/ou redistribuição interna. Além disso, aproximadamente 134 toneladas de resíduos orgânicos provenientes dos restaurantes e lanchonetes da Casa foram encaminhadas à compostagem e resultaram na produção de adubo orgânico utilizado na revitalização dos espaços verdes da instituição.

Em 2024, a Câmara foi destaque, com a marca de 97,5%, no Índice de Governança e Gestão da Sustentabilidade Ambiental (IGovSustentAmb) do Levantamento de Governança, Sustentabilidade e Gestão nas organizações públicas federais, realizado pelo TCU. A gestão sustentável, além de promover ações e projetos, também é um pilar da governança da Casa, sendo requisito das compras e das contratações efetivadas. Dos 87 pregões eletrônicos realizados, 85 continham critérios objetivos de sustentabilidade ambiental e/ou social, o que correspondeu aproximadamente a 98% de compras sustentáveis.

Figura 21 – IGovSustentAmb 2024





6

**PARTICIPAÇÃO,
INTERAÇÃO E
DIVULGAÇÃO
LEGISLATIVA**



6.1 COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE

A [Comunicação da Câmara dos Deputados](#) tem como objetivo contribuir para a consolidação da democracia no Brasil, por meio do apoio à atuação da instituição nos seus papéis de representação, legislação e fiscalização. Ela abrange diversos veículos e áreas de atuação, como: [portal institucional](#), [Agência Câmara](#), [Rádio Câmara](#), [TV Câmara](#) (incluindo o [canal do YouTube](#)), [Rede Legislativa de Rádio](#) e a [Rede Le-](#)

[gislativa de TV Digital](#), [redes sociais](#), ferramentas de [participação popular](#), [assessoria de imprensa](#), [publicidade](#) e [Centro Cultural](#).

O portal institucional da Câmara dos Deputados foi a principal referência sobre a instituição na internet em 2024, registrando 119,7 milhões de visualizações de páginas e 35,6 milhões de usuários, segundo o Google Analytics. As áreas mais visitadas foram:

Gráfico 17 – Visualizações no portal institucional

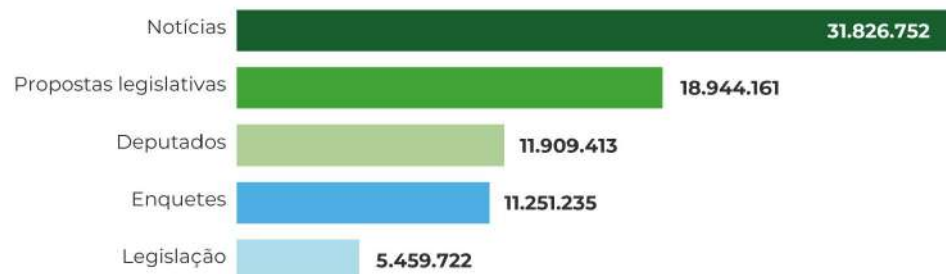


Gráfico 18 – Visualizações no portal institucional (%)



A Agência Câmara publicou 5.660 notícias sobre atividades legislativas e criou 20 [páginas especiais](#) (*hotsites*). Para iniciar as comemorações de seus 25 anos, a agência lançou o [Manual de Comunicação](#), apresentando toda a atuação da comunicação institucional na Câmara, bem como os princípios e os procedimentos da cobertura legislativa. Entre eles, vale ressaltar que a diversidade política e a variedade de opiniões dos deputados impõem uma comunicação imparcial, que reflita esse pluralismo. A nova página traz ainda uma seção dedicada ao processo legislativo simplificado, com explicações claras e objetivas para o usuário.

Em 2024, a Rádio Câmara completou 25 anos com uma série de eventos comemorativos em parceria com setores da academia e do Legislativo brasileiro. Como parte das celebrações, a segunda edição do [curso Eu e a Lei](#) premiou produções radiofônicas de jovens entre 10 e 17 anos e o [estúdio móvel da rádio](#) registrou 400 entrevistas presenciais com parlamentares para “A Voz do Brasil”. A programação teve ainda 1.466 reportagens na Radioagência, 1.985 *podcasts* jornalísticos e 808 *podcasts* culturais. Foram veiculados 4.817 boletins de notícias, 13 horas semanais de conteúdo cultural, 25 horas semanais de jornalismo e 64 campanhas institucionais e



informativas. No [Painel Eletrônico](#), 388 entrevistas ao vivo somaram 97 horas. “[A Voz do Brasil](#)” veiculou 4.953 falas de 553 deputados.

A TV Câmara produziu 1.371 reportagens, exibidas na programação e no YouTube. As transmissões do Plenário totalizaram 919 horas, enquanto as atividades das comissões chegaram a 2.751 horas. A revista eletrônica matinal [Câmara Agora](#) estreou com cobertura ao vivo de todos os eventos legislativos e acumulou 74 edições. O boletim [Direto da Câmara](#) foi ao ar 194 vezes, e a revista [Fatos e Opiniões](#), 34. O setor de audiovisual entregou 140 produções, entre elas 112 vídeos institucionais, 20 programas e séries, e 8 documentários, inclusive o [documentá-](#)

[rio P20 – Por um mundo justo e um planeta sustentável](#).

No que diz respeito às ações de comunicação e publicidade institucional, tem-se a realização de 235 campanhas de comunicação para o público externo, com a produção de 7.213 peças de divulgação. As ações de marketing ativo cresceram 170% em relação a 2023, totalizando 154 campanhas e quase 2 milhões de destinatários. A assessoria de imprensa realizou 1.646 atendimentos, enviou 255 *releases*, conduziu 93 ações de *follow-up* e divulgou 12 notas oficiais. Também analisou 511 pedidos de credenciais para jornalistas e publicou 292 conteúdos no portal institucional.

Participação popular

Entre as ferramentas de participação popular, houve o lançamento da página de [Debates Interativos](#), como resultado do projeto estratégico citado no item 4.2. Desde o seu lançamento, em julho de 2024, até o mês de dezembro, foram realizados 149 debates interativos, com a participação de 1.067 cidadãos, que enviaram ao todo 1.544 perguntas. O conteúdo gerou 85.467 visualizações no portal institucional e 205.144, no YouTube.

Já as [enquetes](#) legislativas receberam mais de 1,7 milhão de votos em 2024, um aumento de 70% em relação a 2023, impulsionados pelo Projeto de [Lei n. 1904/2024](#), que registrou, sozinho, 1,1 milhão de votos. Entre as 10 enquetes mais votadas, 3 abordaram o *status* legal do aborto e 3 trataram da regulamentação das profissões de agente comunitário de saúde e de agente de combate a endemias, o que reflete a mobilização dessas categorias.



Rede Legislativa de Rádio e TV Digital

A Rede Legislativa de Rádio e TV Digital avançou na expansão das transmissões de televisão aberta e gratuita em 2024 ao integrar o Programa Brasil Digital, do Ministério das Comunicações, que prevê a chegada do sinal da TV Câmara a até 400 novos municípios até o final de 2026.

Novas estações de TV foram inauguradas em Campo Grande (MS), Taubaté (SP), Blumenau (SC) e Mococa (SP). No rádio, as novas emissoras entraram em operação em Capelinha (MG), Joinville (SC), Caxambu (MG), Desterro do Melo (MG) e Livramento de Nossa Senhora (BA).

Figura 22 – Transmissão da Rede Legislativa



Arte, cultura e eventos

A Câmara dos Deputados realizou 12 exposições artísticas em 2024, selecionadas por edital público, e 63 exposições propostas por parlamentares, sem custos para a Casa Legislativa. As ações culturais realizadas podem ser conferidas na [página do Centro Cultural](#).

Sete grandes projetos históricos foram desenvolvidos, inclusive uma mostra sobre a participação das mulheres nos

espaços de poder. Em comemoração aos 10 anos do Edital Público de Artes, todos os [catálogos da Câmara foram lançados na plataforma ISSUU](#), facilitando o acesso a 96 publicações artísticas e históricas para pesquisa acadêmica. Ao longo de 2024, a Câmara realizou ainda 629 eventos, majoritariamente legislativos, e recebeu 139.173 visitantes no programa institucional de visitação.



O Centro Cultural agora está também no *issuu*

Acesse os catálogos das exposições da Câmara dos Deputados em qualquer lugar, a qualquer hora.

Tabela 6 – Panorama de seguidores nas redes sociais

Rede Social		Seguidores		Crescimento	
Canal	Alcance	1º/1/24	31/12/2024	Absoluto	%
Instagram	3.936.640	214.133	232.448	18.315	8,6
Youtube	15.994.230	1.077.128	1.234.351	157.223	14,6
Facebook	2.057.352	675.458	668.079	-7.379	-1,1
Twitter/X	13.232.005	1.157.431	1.144.958	-12.473	-1,1
TikTok	4.279.077	99.219	120.043	20.824	21
Bluesky	Não dispõe	0	5791	5791	100
Threads	144524	0	55018	55018	100

Redes sociais

Em 2024, o bloqueio judicial temporário da rede social X no Brasil levou a Câmara dos Deputados a diversificar seus canais de diálogo institucional com a sociedade, com a abertura de contas no *Threads* e *Bluesky*. Ao final do ano, os perfis oficiais da Casa Legislativa somavam aproximadamente 3,5 milhões de seguidores em todas as plataformas.

Criação da Plenário – Revista Jurídica da Câmara dos Deputados

A administração [criou](#), no final de 2024, a [Plenário – Revista Jurídica da](#)

[Câmara dos Deputados](#), um periódico acadêmico-científico voltado para a divulgação de artigos jurídicos sobre questões que envolvem o Poder Legislativo, o processo legislativo, a legística, o direito parlamentar e a relação entre os três poderes da República na ação legislante.

O primeiro número da revista será publicado em 2025, em formato físico e digital, e terá periodicidade semestral. O objetivo principal da publicação é contribuir para a análise dos grandes temas em discussão no Congresso Nacional, a partir do incentivo à pesquisa científica e do debate jurídico qualificado.



6.2 EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

A Câmara dos Deputados desenvolve periodicamente uma série de ações e de programas educativos que buscam disseminar conhecimentos sobre a democracia e o Poder Legislativo, para incentivar a aproximação entre o parlamento e a sociedade.

Em 2024, foram promovidas duas edições bem-sucedidas do programa [Estágio-Visita](#), com a participação de 156 estudantes universitários. Adicionalmente, foi realizado um notável ciclo do [Projeto Politeia](#), que envolveu 165 participantes de ensino superior.

O programa infanto-juvenil [Câmara Mirim](#) recebeu 668 projetos de lei elaborados por estudantes do segundo ciclo do ensino fundamental e contou com a participação de 150 crianças e adolescentes na experiência de simulação parlamentar.

O [portal Plenarinho](#) disponibilizou inúmeros jogos relativos ao tema legisla-

tivo para esse público e seu *podcast*, o [Plenacast](#), chegou à quarta temporada, abordando temas como a regionalização dos conteúdos didáticos, o combate à violência e ao abuso sexual, os riscos dos cigarros eletrônicos, a saúde mental de educadores e educadoras, os perigos das apostas online para os jovens, além de uma edição especial sobre os 20 anos do Plenarinho.

O [portal EVC – Onde Educação Vira Cidadania](#), um espaço de aprendizagem que busca ampliar o acesso ao conteúdo sobre política, cidadania, democracia e sobre papel do Poder Legislativo, obteve 51.146 visualizações e contou com 36.051 usuários em 2024.

A formação para vereadores no programa [Intercâmbio Legislativo](#) recebeu 109 participantes, que tiveram a oportunidade de conhecer de perto os trabalhos legislativos da Câmara dos Deputados e de participar de formação em temas relevantes para a vereança.

6.3 TRANSPARÊNCIA

A transparência na Câmara dos Deputados é desenvolvida de forma ampla, em prol da integridade e do acesso à informação no âmbito legislativo, de modo a fortalecer a participação cidadã, aprimorar a governança e contribuir para a construção de políticas públicas mais efetivas. Para isso, disponibilizam-se na página [Transparência](#) do portal da Câmara diversos dados e *links* para as atividades e serviços administrativos relacionados ao tema. Entre eles, números de [resultados legislativos](#), de [recursos humanos](#) e de [gastos parlamentares](#).

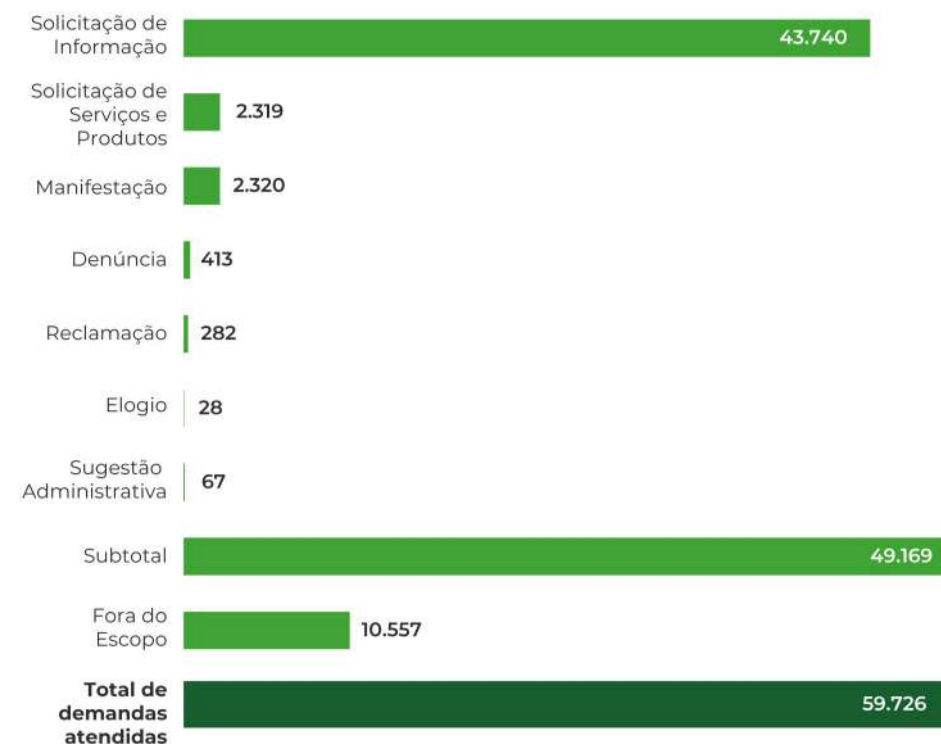
Com o objetivo de ampliar o acesso dos cidadãos e seu relacionamento com o Poder Legislativo, há a [Carta de Serviços](#), de forma a concentrar em uma única página os 64 itens à disposição

da sociedade, entre eles as ferramentas de participação popular citadas no item 7.1. Em 2024, a Casa deu continuidade à campanha de divulgação da carta, com o tema “Existe uma Câmara para cada uma das suas necessidades”, no intuito de ampliar mais essa interação.

Ainda na gestão do relacionamento com o cidadão, há a página [Fale Conosco](#), com várias opções de participação e manifestação, inclusive a possibilidade de solicitações de informações com base na Lei de [Acesso à Informação](#) (LAI). Em 2024, foram realizados **59.726** atendimentos por meio desses canais, junto com o Disque Câmara (0800 0 619 619) e os balcões de atendimento presencial. A seguir as tipologias das demandas e respectivos quantitativos.



Gráfico 19 – Tipo de demanda com base na LAI



No último [Relatório Anual da Lei de Acesso à Informação \(LAI\) 2023](#) constam os dados, de forma detalhada, sobre os atendimentos às solicitações de informação, respaldadas pela Lei Federal n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).



PERFIL DOS DEMANDANTES DOS CANAIS DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

O acompanhamento continuado do perfil dos cidadãos que interagem com esta Casa por meio do Fale Conosco

e do Serviço Disque Câmara é essencial para avaliar o alcance dos canais e identificar oportunidades de aprimoramento e diversificação. Na Figura 23, são apresentados alguns dados percentuais desse perfil nas categorias sexo, faixa etária e região geográfica.

Figura 23 – Perfil dos demandantes



PESQUISA DE SATISFAÇÃO SOBRE O ATENDIMENTO DE DEMANDAS CANAIS DE RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

As respostas à pesquisa de satisfação para as demandas atendidas em 2024 indicam que 82% dos respondentes estão “muito satisfeitos” (nota 5) ou “satisfeitos” (nota 4). Por outro lado, 11% expressaram “muita insatisfação” (nota 1) ou “insatisfação” (nota 2). Para as avaliações que registraram algum nível de insatisfação, foram identificadas oportunidades de aprimoramento no atendimento e, quando necessário, fornecidas novas respostas ou esclarecimentos adicionais.

EVENTOS SOBRE TRANSPARÊNCIA

No intuito de promover as práticas de transparência, a Câmara realizou dois ciclos de debates, em continuidade ao projeto iniciado em 2023: o [primeiro sobre a Lei de Acesso à Informação](#) e o [segundo sobre os portais de transparência](#). Esses debates tiveram por objetivo promover a transparência pública e consolidar ferramentas e políticas que reforcem o acesso à informação, fortalecendo o controle social e a confiança dos cidadãos nas instituições públicas. Em 2024, a Câmara dos Deputados participou ainda da reunião interparlamentar “Parlamento Aberto e Inovações para o Futuro”, direcionada aos parlamentares da América Latina.





7

**INFORMAÇÕES
ORÇAMENTÁRIAS,
FINANCEIRAS E
CONTÁBEIS**



7.1 PRINCIPAIS DADOS EXTRAÍDOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS*



Conformidade legal

Leis

[n. 4.320/1964](#)

[n. 10.180/2001](#)

Lei Complementar

[n. 101/2000](#)

Decreto-Lei

[n. 200/1967](#)

Resolução CD

[n. 20/1971](#)

7.1.1 BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade por meio de contas representativas do patrimônio público.

*Todos os valores apresentados neste subtópico foram arredondados. Para informações detalhadas, consulte as demonstrações contábeis disponíveis no [portal da Câmara](#).

Figura 24 – Balanço patrimonial



Figura 25 – Balanço patrimonial

ATIVO		5,49 BILHÕES
Ativo circulante		3,62 bilhões
Caixa e equivalentes de caixa		3,60 bilhões
Créditos a curto prazo		9,50 milhões
Estoques		9,30 milhões
VPDs pagas antecipadamente		1,80 milhão
Ativo não circulante		1,87 bilhão
Ativo realizável a longo prazo		16,44 milhões
Imobilizado		1,84 bilhão
Intangível		6,72 milhões
PASSIVO		1,51 BILHÃO
Passivo circulante		692,83 milhões
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo		469,37 milhões
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo		3,70 milhões
Provisões a curto prazo		67,92 milhões
Demais obrigações		151,83 milhões
Passivo não circulante		819,98 milhões
Provisões a longo prazo		819,98 milhões

Figura 26 – Balanço patrimonial – Ativo circulante

**Recursos da Conta Única aplicados**

Recursos aplicados decorrentes de receitas diretamente arrecadadas pelo Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados

31/12/2024	31/12/2023
R\$ 1,24 bilhão	1,09 bilhão



Variação positiva de **14,4%** que decorre, principalmente, dos rendimentos auferidos com essa aplicação.

**Recursos liberados pelo Tesouro**

Detalhamento	31/12/2024
Limite de saque com vinculação de pagamento + Limite de saque com vinculação de pagamento (ordem de pagamento)	2,36 bilhões

**Banco Conta Movimento - CEF**

31/12/2024	31/12/2023
343,77 mil	389,20 mil

Ativo Circulante = R\$ 3,62 bilhões**Créditos a curto prazo****R\$ 9,50 milhões****Clientes e Demais Créditos e Valores a Curto Prazo****R\$ 11,58 milhões****-R\$ 2,08 milhões**

Ajustes para perdas

R\$ 9,50 milhões**Composição dos créditos****80,48%****18,87%****0,33%****0,32%**

Outros créditos a receber

Créditos por danos ao patrimônio

Clientes

Tributos a compensar

Principais valores a receber**R\$ 4,08 milhões**

de bancos públicos federais em virtude da cessão de direitos de operacionalização da folha de pagamento

R\$ 2,28 milhões

de infrações legais e contratuais

R\$ 1,90 milhão

de créditos por dano ao patrimônio - folha de pagamento

R\$ 1,87 milhão

de remuneração da Conta Única a receber

Para mais informações acesse:


[Notas explicativas às Demonstrações Contábeis](#)
**Estoques****R\$ 9,30 milhões****73%****Material de consumo****16%**

Estoques diversos

11%

Produtos acabados



Elétrico e eletrônico

R\$ 1,94 milhão

Manutenção de bens imóveis e instalações

R\$ 1,88 milhão

Expediente

R\$ 958,89 mil

Ferramentas

R\$ 296,36 mil

Material hospitalar

R\$ 270,14 mil

Outros

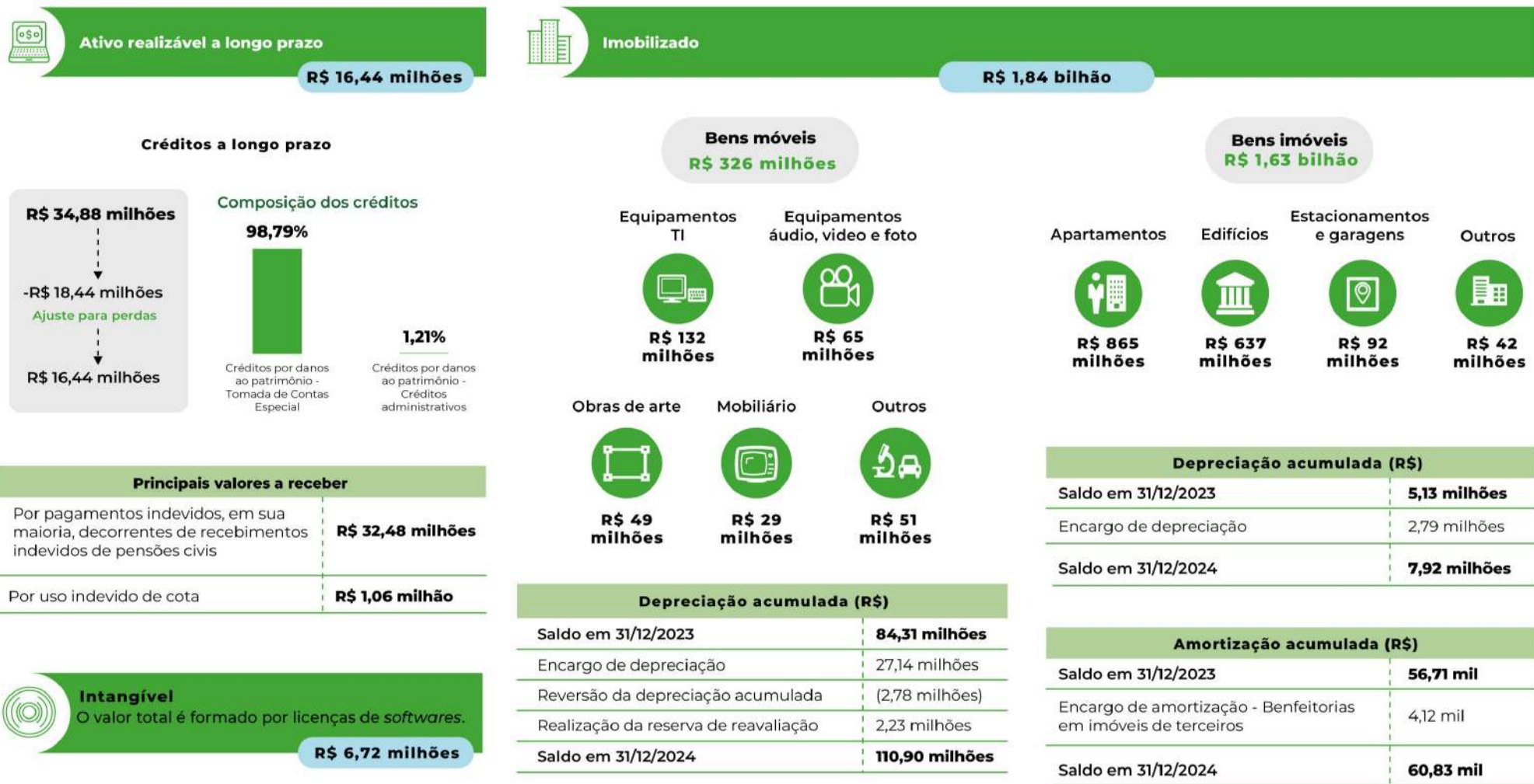
R\$ 1,44 milhão**VPDs pagas antecipadamente****R\$ 1,80 milhão****R\$ 1,7 milhão**

Assinaturas e anuidades

R\$ 104,88 mil

Prêmios de seguros

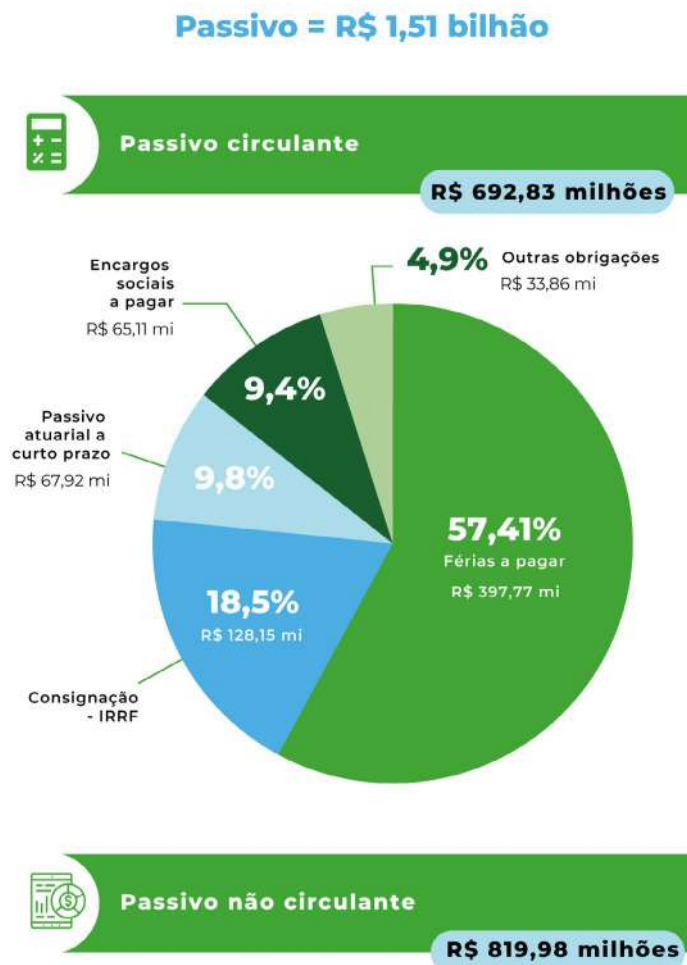
Figura 27 – Balanço patrimonial – Ativo não circulante



Para mais informações acesse:

 [Notas explicativas às Demonstrações Contábeis](#)

Figura 28 – Balanço patrimonial – Passivo



Refere-se ao passivo atuarial do plano de seguridade social dos congressistas (PSSC), instituído por meio da Lei n. 9.506, de 30 de outubro de 1997.

7.1.2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O balanço orçamentário é o demonstrativo que apresenta o comportamento das receitas e das despesas orçamentárias, comparando os valores de receitas previstas, com as receitas realizadas e de despesas fixadas com as despesas executadas.

Figura 29 – Balanço orçamentário

Receita			
Especificação	Prevista atualizada (a)	Realizada (b)	Saldo (c) = (b) – (a)
Receitas correntes	R\$ 122,11 milhões	R\$ 163,91 milhões	R\$ 41,8 milhões
Receitas de capital	R\$ 485,24 mil	R\$ 906,58 mil	R\$ 421,34 mil
Total	R\$ 122,60 milhões	R\$ 164,81 milhões	R\$ 42,21 milhões

Despesa			
Especificação	Dotação atualizada (a)	Empenhada (b)	Saldo da dotação (c) = (a) – (b)
Despesas correntes	R\$ 7,80 bilhões	R\$ 6,87 bilhões	R\$ 927,37 milhões
Despesas de capital	R\$ 239,33 milhões	R\$ 88,29 milhões	R\$ 151,04 milhões
Total	R\$ 8,04 bilhões	R\$ 6,96 bilhões	R\$ 1,08 bilhão

Para mais informações acesse:



[Notas explicativas às Demonstrações Contábeis](#)

Figura 30 – Balanço orçamentário: receita realizada



Figura 31 – Balanço orçamentário: despesa empenhada (R\$ em bilhões)

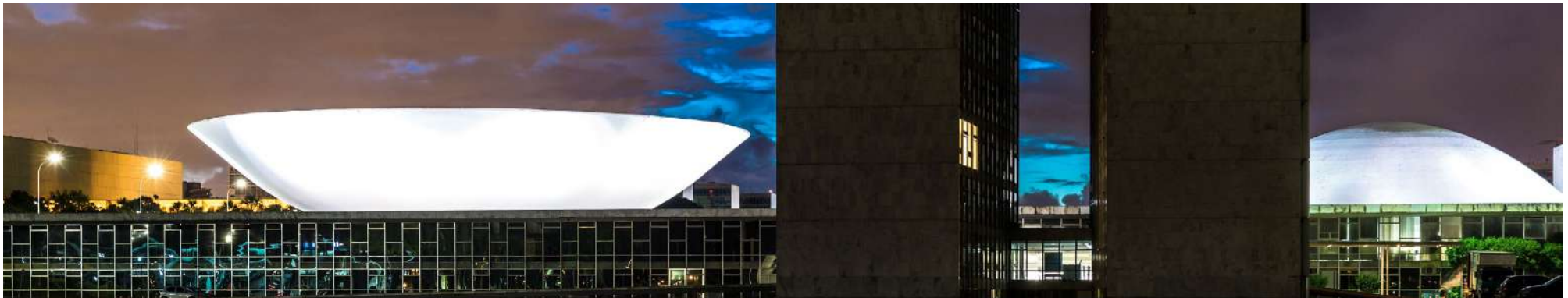
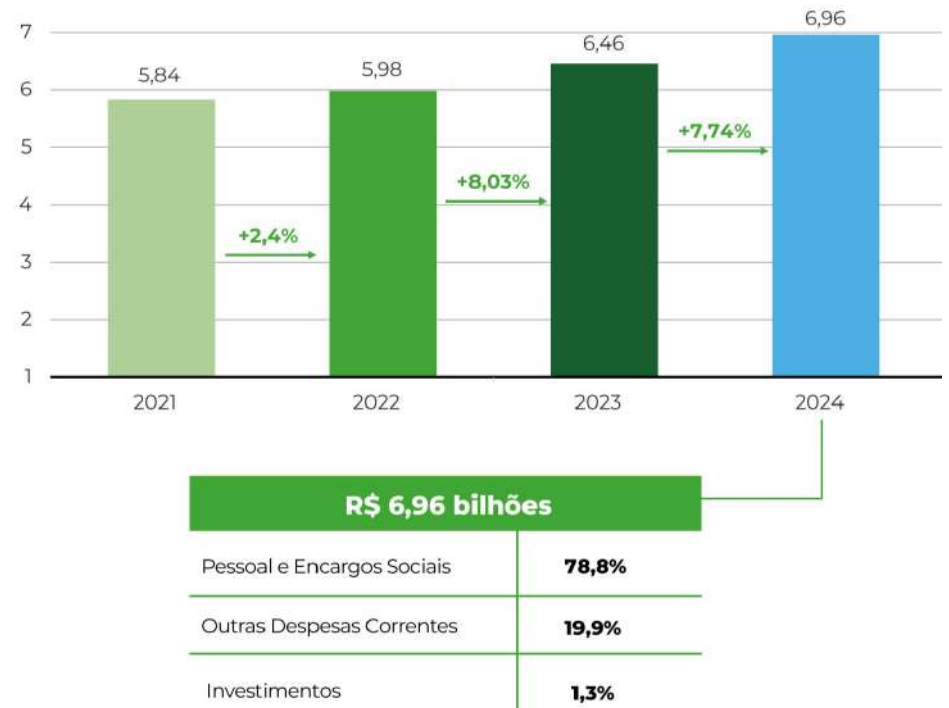
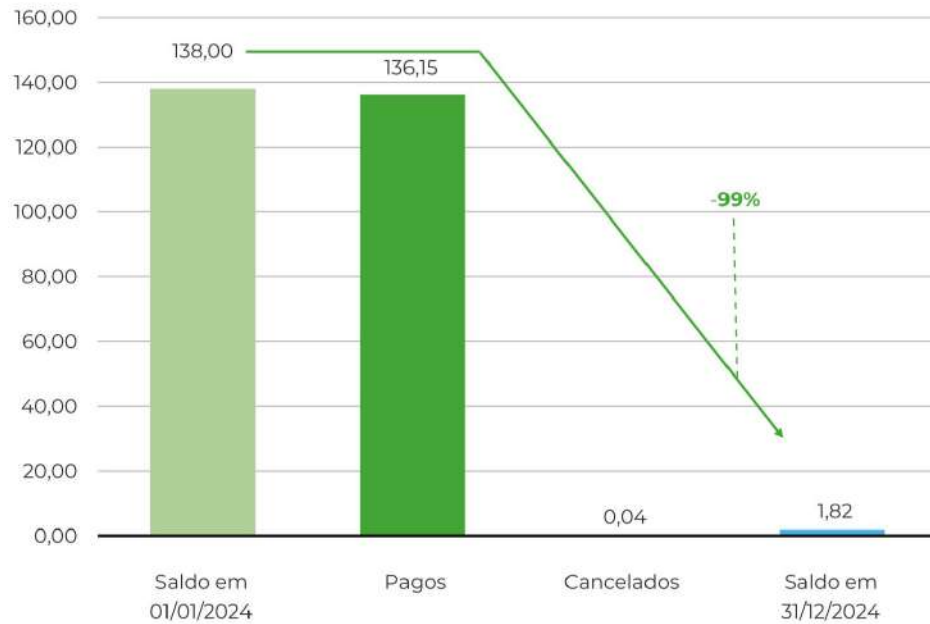
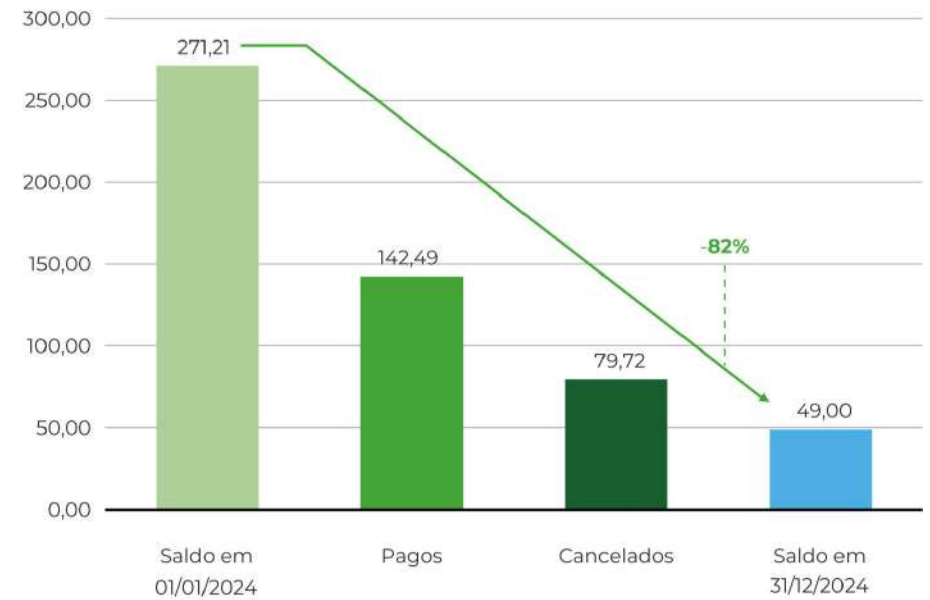


Figura 32 – Execução de Restos a Pagar (R\$ em milhões)

Processados



Não processados



Para mais informações acesse:


[Notas explicativas às Demonstrações Contábeis](#)

7.1.3 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A demonstração das variações patrimoniais é o demonstrativo que evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

Figura 33 – Variações patrimoniais



Figura 34 – Principais variações patrimoniais

Principais variações patrimoniais aumentativas

Cota financeira recebida do Tesouro Nacional



R\$ 6,88 bilhões

Reversão de provisões matemáticas de passivo atuarial



R\$ 226,4 milhões

Rendimentos com aplicação financeira



R\$ 117,99 milhões

Principais variações patrimoniais diminutivas

Remuneração a pessoal



R\$ 2,85 bilhões

Aposentadorias



R\$ 1,69 bilhão

Serviços



R\$ 787,29 milhões

Encargos patronais

R\$ 543,64 milhões

Pensões

R\$ 446,87 milhões

Constituição de provisão matemática de passivo atuarial

R\$ 237,01 milhões

Para mais informações acesse:



[Notas explicativas às Demonstrações Contábeis](#)

7.1.4 BALANÇO FINANCEIRO

O balanço financeiro é o demonstrativo que evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Figura 35 – Balanço financeiro (em R\$)

Especificação	Ingressos	Dispêndios
Orçamentários	164,81 milhões	6,96 bilhões
Transferências financeiras	6,88 bilhões	1,80 milhão
Extraorçamentários	454,27 milhões	280,81 milhões
Total	7,50 bilhões	7,24 bilhões
Resultado financeiro		258,27 milhões
Saldo do exercício anterior		3,34 bilhões
Saldo para o exercício seguinte		3,60 bilhões

7.1.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa (DFC) apresenta as entradas e as saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

Figura 36 – Demonstração dos fluxos de caixa (em R\$)

Especificação	Ingressos	Desembolsos	Fluxo líquido
Fluxo das atividades operacionais	7,05 bilhões	6,74 bilhões	311,25 milhões
Fluxo das atividades de investimentos	906,58 mil	53,89 milhões	(52,98 milhões)
Fluxo das atividades de financiamentos	-	-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa			258,27 milhões
Caixa e equivalentes de caixa inicial			3,34 bilhões
Caixa e equivalentes de caixa final			3,60 bilhões

Relatório contábil do encerramento do exercício de 2024

O [relatório contábil](#) que contém a declaração do contador, as demonstrações contábeis e as notas explicativas está disponível para ser consultado no portal da Câmara dos Deputados.



8

TÓPICOS ESPECIAIS

8.1 1ª REUNIÃO DE MULHERES PARLAMENTARES DO P20

Em 2024, o Brasil presidiu o P20 – o G20 dos parlamentos. O Grupo dos Vinte (G20¹) é um fórum de cooperação econômica internacional cujo objetivo é desenvolver políticas e estratégias para enfrentar os desafios globais atuais e futuros.

¹ Distribuídos pelos cinco continentes, integram o G20 os seguintes países, além da União Africana e da União Europeia: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos da América, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia. Mais precisamente, o G20 responde por 85% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, 75% do comércio internacional e dois terços da população mundial.

Uma vez que os Parlamentos podem contribuir substantivamente para o cumprimento do mandato do G20, o P20 foi estruturado como plataforma voltada para que presidentes de Parlamentos discutam e explorem alternativas para oferecer uma contribuição à implementação das decisões do G20.

No contexto da Presidência do P20, a Câmara dos Deputados realizou a [1ª Reunião de Mulheres Parlamentares do P20](#), em Maceió (AL), nos dias 1º e 2 de julho de 2024. O evento contou com a participação de aproximadamente 170 representantes de parlamentos dos países do G20, de convidadas dos



países de língua portuguesa e de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a União Interparlamentar (UIP).

Pela primeira vez na história do P20, reuniram-se exclusivamente parlamentares mulheres de diferentes países para discutir a ampliação da representação feminina nos espaços de poder e decisão. Essa oportunidade propiciou troca de experiências e destacou a importância de uma agenda conjunta, centrada na eliminação de barreiras à igualdade de gênero, no fomento à liderança feminina e na garantia de que as vozes das mulheres sejam ouvidas e consideradas na formulação de políticas públicas como condição essencial para o avanço das democracias em todo o mundo.

Sob o lema “Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável”, as mais

de trinta delegações de Parlamentos nacionais e de organismos internacionais participaram de amplo e substantivo intercâmbio sobre leis, boas práticas, políticas públicas e outras iniciativas para enfrentar os principais desafios contemporâneos em torno dos seguintes eixos prioritários:

- justiça climática e desenvolvimento sustentável para mulheres e meninas;
- ampliação da representatividade feminina em espaços decisórios; e
- combate às desigualdades e promoção da autonomia econômica das mulheres.

Ao final da Reunião de Mulheres Parlamentares do P20, foi adotada, por aclamação, uma Declaração Final, [a Carta de Alagoas](#), com oito recomendações decorrentes dos debates entre as parlamentares em Maceió.

□ 8.2 CÚPULA DO P20

Nos dias 6 a 8 de novembro de 2024, o Congresso Nacional foi anfitrião da [10ª Cúpula de Presidentes dos Parlamamentos do G20 \(P20\)](#), sob o tema “Parlamentos por um Mundo Justo e um Planeta Sustentável”.

Durante os três dias de evento, o Palácio do Congresso Nacional foi o cenário de um grande encontro e intercâmbio entre 307 delegados estrangeiros, que debateram temas como o combate à fome, à pobreza e à desigualdade, o desenvolvimento socioambiental e a transição ecológica justa e inclusiva e a construção de governança global adaptada aos desafios do século XXI.

O evento contou com a presença de 34 delegações estrangeiras, de 25 países e 5 organismos internacionais, e foi apoiado pelo trabalho de aproximadamente 700 servidores e 2 mil terceirizados da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

No primeiro dia do evento, foi realizado o Fórum Parlamentar do G20 para intercâmbio sobre os resultados e as recomendações da mencionada 1ª Reunião de Mulheres Parlamentares do P20. Na ocasião, foi lançada a [publicação](#) que reúne as intervenções realizadas pelas parlamentares no evento de Maceió (AL).



No terceiro e último dia da Cúpula do P20, adotou-se um [documento final](#), que foi direcionado à Cúpula de Líderes do G20, ocorrida no Rio de Janeiro logo em seguida, nos dias 18 e 19 de novembro de 2024.

Esses encontros reforçaram a importância da cooperação parlamentar internacional como instrumento na construção

de consensos para enfrentar a complexidade dos desafios globais do nosso tempo. O exercício da presidência do P20 fortaleceu o compromisso da Câmara dos Deputados em contribuir para a formulação de soluções inovadoras e integradas, capazes de promover desenvolvimento sustentável, igualdade de oportunidades e proteção dos direitos humanos em escala mundial.



9

**ANEXOS E
APÊNDICES**

9.1 DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO

A Câmara dos Deputados, no cumprimento do dever de prestar contas, conforme o art. 70 da Constituição Federal, apresenta o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2024, que contém a síntese dos resultados das ações empreendidas no esforço de melhor cumprir as competências constitucionais e legais que lhe são próprias, bem como de evidenciar a regular aplicação dos recursos públicos.

A preparação e a elaboração deste documento foram apoiadas nas diretrizes e nos elementos do relato integrado recomendado pelo Tribunal de Contas da União. Para determinar os critérios de materialidade dos temas apresentados na Prestação de Contas Anual, foram consideradas as informações relevantes que podem interferir na capacidade da área administrativa de gerar valor no cumprimento da missão ins-

titucional da Casa. O relatório destaca a atuação e a produção das áreas legislativas, em seguida esclarece como a governança e a gestão da Casa, por menorizada por áreas temáticas, suportam essas ações, em especial quanto à gestão de recursos orçamentários, humanos e tecnológicos, sob o ponto de vista da eficiência e da conformidade. Além disso, demonstra a relação da Câmara dos Deputados com a sociedade e suas ações em temas relevantes da atualidade, como acessibilidade, sustentabilidade, transparência e participação social.

Assim, o CGE, formado pelos titulares das unidades administrativas representantes da governança desta Casa, declara que o Relatório de Gestão do exercício de 2024 está alinhado ao novo modelo de prestação de contas e que suas informações são íntegras.

Celso de Barros Correia Neto
Diretor-Geral

Lucas Ribeiro Almeida Júnior
Secretário-Geral da Mesa

Lucíola Calderari da Silveira e Palos
Diretora-Geral Adjunta

Flávia Mundim Moraes Oliveira
Secretária-Geral da Mesa Adjunto de Planejamento da Atividade Legislativa

Cleber Queiroz Machado
Diretor-Executivo de Comunicação e Mídias Digitais

Milton Pereira da Silva Filho
Diretor de Recursos Humanos

Mauro Limeira Mena Barreto
Diretor Administrativo

José Evande Carvalho Araújo
Consultor-Geral

Sebastião Neiva Filho
Diretor de Inovação e Tecnologia da Informação

Guilherme Barbosa Brandão
Chefe da Assessoria de Projetos e Gestão



edições câmara
INSTITUCIONAL



CÂMARA DOS
DEPUTADOS